

Senado instala CPI, que governo deve presidir

O Senado deve instalar nesta terça-feira, às 14h, a CPI destinada a investigar supostas irregularidades na Petrobras, como fraudes em licitações e desvio de *royalties* do petróleo. Em maioria, senadores da base governista devem assumir presidência e relatoria, os dois principais cargos. Por sua vez, oposição recorreu em Plenário para garantir maior número de integrantes na comissão.

página 3

saúde

País não se preparou para envelhecimento

Brasil deve envelhecer em 34 anos o mesmo que países europeus em cem. No entanto, especialistas disseram, em audiência, que houve redução nos recursos destinados à saúde dos idosos.

páginas 6 e 7

metas do milênio

Parlamentares fazem avaliação de resultados

página 2

e mais...

projetos aprovados	5
ambiente legal	10
agora é lei	11
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



ANA VOLPE

Comércio de CDs, DVDs e jogos piratas em Brasília: compradores reclamam do preço alto dos originais

Indústria da pirataria deverá faturar meio trilhão de dólares em 2009

páginas 8 e 9

cidadania

Cuidado com queimadura nas festas juninas

A imprudência no uso de fogos de artifício e nas brincadeiras perto das fogueiras é a principal razão para o alto índice de acidentes no período de festas juninas. O número de pessoas com queimaduras nos hospitais chega a dobrar.

página 16



Heráclito critica em Plenário governador piauiense Wellington Dias: rompimento da barragem Algodões I matou ao menos cinco pessoas

tragédia

Para senadores, governo do Piauí foi irresponsável

Heráclito Fortes e Mão Santa condenam ato que permitiu volta de moradores à região em que barragem se rompeu.

página 12

agenda

Atuação de advogado será discutida na CCJ

O projeto que define como crime impedir o trabalho do advogado será discutido em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Proposta que inclui servidores do IBGE entre aqueles que desenvolvem atividades exclusivas de Estado também deve ser tema de debate.

Em debate, o uso do pinhão-mansão no biodiesel

O uso do pinhão-mansão para produção de biodiesel será discutido em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O requerimento propondo o debate é do presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS). A cultura dessa oleaginosa exige pouca adubação e é resistente a muitas doenças e insetos.

Exportação de manufaturados pode ter IPI maior

A Comissão de Assuntos Econômicos vai debater nesta terça-feira a perda do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a empresas fabricantes e exportadoras de produtos manufaturados. O fim da concessão do benefício vem sendo questionado na Justiça.

Comissões acompanham as Metas do Milênio

Senadores avaliam o cumprimento dos objetivos sociais e ambientais traçados pela ONU em 2000. Oito ministros foram convidados para audiência

Propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, as Metas de Desenvolvimento do Milênio foram assumidas por 189 países, inclusive o Brasil, e devem ser atingidas até 2015. Incluem erradicação da pobreza extrema e da fome, diminuição da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e combate à Aids, malária e outras doenças. O cumprimento das metas será tema de audiência pública conjunta de quatro comissões permanentes nesta terça-feira.

O evento será promovido pelas comissões de Relações Exteriores (CRE), Agricultura (CRA), Assuntos Sociais (CAS) e Direitos Humanos (CDH), a pedido dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Kátia Abreu (DEM-TO), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Marisa Serrano (PSDB-MS). Foram convidados para o debate oito ministros: Casa Civil, Desenvolvimento Social, Relações Exteriores, Desenvolvimento, Saúde, Agricultura, Educação e Meio Ambiente.



Catador de lixo em aterro sanitário de Brasília: erradicar extrema pobreza é uma das metas

JANINE MORAES / ABR

Consenso internacional sobre desenvolvimento

Foram definidos pela ONU, no ano 2000, oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desdobrados em 18 metas, para tornar o mundo mais justo e solidário por meio de ações de combate à pobreza e à fome, promoção da educação, da igualdade de gênero, de políticas de saúde, de proteção à criança, de saneamento, de

habitação, de defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Segundo Kim Bolduc, coordenadora-residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil, quando a Declaração do Milênio foi firmada, já se sabia que ela representava o maior consenso internacional acerca de objetivos de desenvolvimento

na história da humanidade.

– Estimávamos que atingir os objetivos de Desenvolvimento do Milênio significaria que, até 2015, mais de 500 milhões de pessoas sairiam da extrema pobreza, mais de 300 milhões não passariam mais fome e 30 milhões de crianças deixariam de morrer antes de completar cinco anos – destacou.

Erratas

É do senador Tião Viana (PT-AC) o projeto transformado na Lei 11.936/09, que prevê o banimento do DDT no país e foi tema da coluna *Agora é Lei*, publicada na edição do *Jornal do Senado* de 25 de maio (3.025/219).

Na mesma edição, foi publicado com incorreções o *ranking* de artigos científicos no mundo. A posição do Brasil em 2008 (13º lugar) foi atribuída ao número referente a 2007, quando o país era o 15º. Abaixo, os dados corretos.

Ranking de produção científica

PAÍS	2008	2007
1º EUA	340.638	304.739
2º China	112.804	89.950
3º Alemanha	87.424	76.320
4º Japão	79.541	73.569
5º Inglaterra	78.444	70.991
6º França	64.493	54.208
7º Canadá	53.299	46.941
8º Itália	50.367	43.598
9º Espanha	41.988	34.299
10º Índia	38.700	29.719
11º Austrália	36.787	29.535
12º Coreia do Sul	35.569	27.269
13º BRASIL	30.415	(15º) 19.436
14º Holanda	28.443	(13º) 24.797
15º Rússia	27.909	(14º) 25.660

Fontes: Capes/National Science Indicators (NSI)/Thomson Reuters, dos EUA

comissões

Terça-feira

9h30 – AGRICULTURA, RELAÇÕES EXTERIORES, ASSUNTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

Milênio – Audiência pública conjunta para debater o cumprimento do programa Metas de Desenvolvimento do Milênio, fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000. Adotadas por vários países, elas devem ser atingidas até 2015. Foram convidados os ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; da Educação, Fernando Haddad, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, entre outros.

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Prêmio do IPI – Debate sobre o Crédito-Prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que visa promover a economia nacional no exterior, diminuindo a carga tributária das empresas. Entre os convidados, os presidentes Roberto Gianetti da Fonseca, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior; e Luiz Gonzaga Belluzzo, do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Antes, a CAE analisa a indicação de Gilvandro Vasconcelos Coelho Araújo para exercer

o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

11h – EDUCAÇÃO

Bolsa Família – Entre os 13 itens da pauta, projeto que inclui a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento de benefício do Programa Bolsa Família.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Licitação – Na pauta, proposta que inclui a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações. Os senadores também devem analisar projeto que obriga os fornecedores a informarem a eficiência e o consumo energético de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.

14h – CPI DA PETROBRAS

Eleição – Na reunião de instalação da CPI, serão eleitos o presidente e o vice-presidente e indicado o relator.

Quarta-feira

8h30 – RELAÇÕES EXTERIORES E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Amazônia Legal – Audiência pública conjunta com a Subcomissão

Permanente da Amazônia para discutir o sistema de ciência, tecnologia e inovação na Amazônia Legal. Foram convidados o secretário de Políticas e Programas de P&D do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro; o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val; a presidente da Embrapa, Tatiana Deane de Abreu Sá; e o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis Júnior.

9h – DIREITOS HUMANOS

Milícias – Debate sobre as milícias do Rio de Janeiro com a presença do ministro da Justiça, Tarso Genro, e do secretário estadual de Segurança Pública, Mariano Beltrame, entre outros.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Repressão – Audiência pública para instruir projeto que trata da repressão ao crime organizado. Entre os convidados, está o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Energia solar – A comissão analisa projeto que altera o Estatuto da Cidade e a Lei 4.380/64, para fomentar o uso de energia solar. Também deverá ser analisado projeto que extingue a obri-

gatoriedade do registro das admissões e dispensas de empregados regidos pela legislação celetista e determina a disponibilização de todas as informações no Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

Quinta-feira

8h30 – INFRAESTRUTURA

IPI – A comissão analisa projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veí-

culos de passageiros movidos a tração elétrica.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Sigilo – A comissão examina 11 itens, entre eles, o que regulamenta a previsão, a execução e o controle de despesas de caráter sigiloso.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mutirão – A comissão se reúne para deliberar sobre matérias não terminativas.

plenário

Segunda-feira

União na Amazônia; e Programa Minha Casa, Minha Vida.

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Polêmica – Os senadores examinam três projetos de lei de conversão (PLVs 9, 10 e 11, provenientes das MPs 457, 458 e 459), todos polêmicos: parcelamento de débitos municipais; regularização fundiária de terras da

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

investigação

Senado instala CPI da Petrobras na terça

Como já era esperado, governo ocupa mais de dois terços das vagas e deverá eleger o presidente da comissão

O Senado instala nesta terça-feira, às 14h, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar supostas irregularidades na Petrobras, como fraudes em licitações e denúncias de desvio de *royalties* de petróleo apontados pela Polícia Federal, superfaturamento nos contratos para a construção de plataformas e da Refinaria Abreu e Lima (PE) e utilização de artifícios contábeis para reduzir o recolhimento de tributos, entre outros.

Na primeira reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente entre os 11 titulares e sete suplentes indicados na semana passada. O relator será escolhido pelo presidente da CPI. Os nomes dos integrantes indicados pelos partidos foram lidos em Plenário pelo presidente do

Senado, José Sarney (veja o quadro com a composição). O governo ficou com oito dos 11 titulares, cabendo três integrantes aos oposicionistas.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), sugeriu que governo e oposição cheguem a um acordo sobre quem ocupará a presidência, mas o entendimento parece improvável. A oposição reivindica o posto, sob a alegação de que é tradição da Casa que o partido que apresentou o pedido de criação da CPI fique no comando. No caso, o PSDB do senador Alvaro Dias (PR).

Anunciada ainda na terça-feira pelo líder do DEM, José Agripino (RN), a oposição iniciou uma obstrução das votações no Plenário, em protesto pela decisão do governo

de não ceder a presidência, adiando a votação do Fundo Soberano (MP 452/08). No entanto, não impediu a aprovação de medidas provisórias consideradas socialmente importantes, como a do salário-mínimo e a da merenda escolar para o ensino médio, além do crédito de R\$ 100 bilhões ao BNDES (veja nas páginas 4 e 5).

O PSDB, segundo Alvaro Dias, planeja enviar ao Ministério Público as investigações com indícios fortes de irregularidades, independente do que apontar o relatório final da CPI. Para o autor do requerimento de criação da comissão, essa seria uma forma de fazer valer a voz da oposição, apesar da maioria governista na CPI.

CPI da Petrobras	titulares	suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	Ideli Salvatti (PT-SC) Marcelo Crivella (PRB-RJ) João Pedro (PT-AM)	Inácio Arruda (PCdoB-CE) Delcídio Amaral (PT-MS)
Maioria (PMDB e PP)	Paulo Duque (PMDB-RJ) Leomar Quintanilha (PMDB-TO) Romero Jucá (PMDB-RR)	Valdir Raupp (PMDB-RO) Almeida Lima (PMDB-SE)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	Sérgio Guerra (PSDB-PE) Alvaro Dias (PSDB-PR) Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	Heráclito Fortes (DEM-PI) Tasso Jereissati (PSDB-CE)
PTB	Fernando Collor (AL)	Gim Argello (DF)
PDT	Jefferson Praia (AM)	—



Antonio Carlos Júnior (acima, à esq.) foi indicado pelo líder Agripino Maia para integrar a CPI. Arthur Virgílio, pelos tucanos, protestou contra divisão de vagas, enquanto a bancada governista ficará com oito das 11 cadeiras da comissão. Para Mercadante, Raupp e Ideli, direção das investigações deve ficar com o governo



PSDB recorre, mas oposição fica apenas com três das 11 vagas

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), recorreu em Plenário contra a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de adotar o critério da atual proporcionalidade partidária na indicação de integrantes da CPI da Petrobras. O PSDB entende que caberiam à oposição quatro das 11 vagas, e não três. Sarney tomou a decisão baseado em parecer jurídico da Secretaria Geral da Casa, à qual também encaminhou o recurso,

dando dois dias para uma resposta.

O presidente decidiu ainda encaminhar a argumentação do PSDB à comissão temporária de senadores que examina mudanças no regimento do Senado. No recurso, a liderança do PSDB afirma não ter sentido o regimento aceitar a proporcionalidade partidária que saiu das eleições para preencher vagas nas comissões permanentes, mas adotar a proporcionalidade

atual, após mudanças de partido por parte de senadores, para distribuição de vagas em comissões temporárias, como é o caso de CPIs.

Arthur Virgílio ponderou que adotar proporcionalidade única, a da época da diplomação dos eleitos, está inclusive de acordo com recentes decisões do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal sobre fidelidade partidária, pelas quais o mandato

pertence ao partido.

— A meu ver, a decisão tem de ser esclarecida pelo lado da ética, e não pelo lado do arcaico, do fisiológico, pelo lado do privilégio dos tráfugas, que trocam mais de partido do que de camisa — manifestou o líder do PSDB.

Ele informou ainda que não enviou o assunto para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a fim de evitar atrasos na instalação da CPI.

Também na CPI da Amazônia, maioria fica com bancada governista

O presidente José Sarney leu a lista dos senadores que integrarão a CPI da Amazônia, criada para apurar fatos como o conflito gerado pela demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol; as denúncias de falta de assistência à saúde indígena e de serviços deficientes prestados pela Funai e pela Funasa; e o tamanho das áreas indígenas.

Os 11 titulares são os senadores Jayme Campos (DEM-MT), Gilberto Goellner (DEM-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Aloizio Mercadante (PT-SP), João Ribeiro (PR-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL), Francisco Dornelles (PP-RJ), Gilvam Borges (PMDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Osmar Dias (PDT-PR).

Como suplentes, integrarão a CPI os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Flávio Arns (PT-PR), Valter Pereira (PMDB-MS), Wellington Salgado (PMDB-MG) e João Vicente Claudino (PTB-PI).

A CPI foi criada por requerimento de Mozarildo Cavalcanti.

Novo relator da CPI das ONGs diz que todos os indícios serão apurados

Indicado pelo presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), o novo relator da CPI das Organizações Não Governamentais (ONGs), Arthur Virgílio, disse que seu trabalho procurará diferenciar as organizações sérias daquelas que obedecem a interesses escusos ou que usam métodos desonestos de trabalho.

— Não vamos fazer nada insensato, mas nenhum indício será varrido para debaixo do tapete. Todos os fatos serão apresentados com sólida fundamentação. Dessa forma, quando for solicitada uma quebra de sigilo, o senador que votar contra ficará mal perante a opinião pública, porque estará colocando obstáculos para a apuração das responsabilidades — explicou.

Virgílio anunciou que a equipe técnica que já trabalha na CPI será reforçada por especialistas em repasse de recursos governamentais a ONGs, para ampliar a identificação de irregularidades.

De acordo com Tasso Jereissati (PSDB-CE), as comissões de inquérito das ONGs e da Petrobras são complementares e poderão atuar em colaboração.

Depoimento sem dano é arma importante contra pedófilos

A aprovação imediata do projeto de lei que regulamenta o chamado depoimento sem dano (DSD) foi defendido pelo juiz José Antônio Daltoé Cezar em debate realizado pela CPI da Pedofilia na semana passada. Membro do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Daltoé Cezar instituiu o DSD em 2003 para a produção antecipada de provas em casos de abuso sexual de menores de idade.

Ele relatou que a mudança — como a garantia de um ambiente acolhedor para a vítima, a presença de psicólogos e assistentes sociais e a tomada do depoimento por videoconferência — foi apontada como essencial para o índice de sucesso alcançado, com punição em 59% dos casos de abuso sexual no estado, média seis vezes superior à do Brasil.

O juiz observou que a videoconferência evita que crianças e adolescentes dividam o mesmo ambiente com o abusador. Lembrou ainda que o direito de a criança dar sua versão dos fatos está explícita na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, acordo da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mário Couto anuncia novo requerimento para investigar Dnit

Mário Couto (PSDB-PA) anunciou que já reuniu 29 assinaturas em um novo requerimento para criar CPI destinada a investigar irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O primeiro requerimento foi arquivado pela Mesa diretora do Senado no final de março porque quatro dos 30 senadores que o apoiavam retiraram suas assinaturas à última hora, restando um número abaixo do mínimo necessário, 27.

— Eu sei que o diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, tem aqui uma amizade muito forte. Se esta CPI for arquivada de novo, eu quero dizer que não acredito mais neste país. Eu quero dizer: Pagot, tu tens muita força, pode roubar. Rouba, Pagot, porque neste país todo mundo pode — declarou Mário Couto.

O parlamentar fez questão de ler os nomes dos senadores no requerimento e disse ter pedido que só os parlamentares realmente convictos da necessidade de investigar o Dnit deveriam assinar o documento.

educação

Aprovada MP que estende merenda escolar aos alunos do ensino médio

Medida provisória também obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos alimentos usados na merenda, que tem orçamento previsto para 2009 de R\$ 2 bilhões

O projeto que obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, entre outras medidas, foi aprovado pelo Plenário. O projeto de lei de conversão (PLV 8/09) – decorrente de alterações da Câmara à Medida Provisória (MP) 455/09 – também estende a merenda aos alunos das escolas públicas do ensino médio.

A relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou que serão R\$ 2 bilhões apenas para a merenda escolar. Gilberto Goellner (DEM-MT), por sua vez, afirmou que 69 mil famílias de pequenos produtores rurais serão beneficiadas. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), a medida “pode representar um estímulo muito bem-vindo e salutar ao desenvolvimento econômico local”. A MP também foi elogiada pelos senadores João Pedro (PT-

AM) e Flávio Arns (PT-PR).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), enfatizou que o projeto também institucionaliza o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que funcionava com base em portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil tem de investir mais na pré-escola do que na exploração de petróleo na camada do pré-sal, uma vez

que “o pré-sal não vai mudar o Brasil, mas a pré-escola mudaria o Brasil”. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que as prefeituras gastem em transporte escolar até 20 vezes mais do que recebem, enquanto o líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que nada é mais importante que investir na educação. Marcelo Crivella (PRB-RJ), Renato Casagrande (PSB-ES) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também elogiaram a MP.

CARGOS PARA TRTS

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, em Salvador, poderá ter 539 novos cargos para atender à demanda criada pelas ações trabalhistas na região, conforme projeto aprovado pela CCJ (PLC 65/09), que segue agora para votação no Plenário. A comissão aprovou também projeto (PLC 66/09) criando cinco cargos de juiz vitalício no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, sediado em Goiânia.

DIA NACIONAL DO VINHO

No primeiro domingo do mês de junho de cada ano será comemorado o Dia Nacional do Vinho. É o que diz o parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto do deputado Paulo Pimenta aprovado pela CCJ. Em defesa do projeto (PLC 147/08), Simon disse que o Brasil está se tornando um produtor de vinho de qualidade. A proposta vai agora para a Comissão de Educação.

MARCA-PASSO

A CCJ aprovou projeto de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que dispensa as pessoas portadoras de marca-passo cardíaco ou aparelho similar de passarem em portas magnéticas ou dispositivos similares, desde que apresentem documento emitido pelo serviço hospitalar que realizou o procedimento comprovando a situação. A proposta vai para a Comissão de Assuntos Sociais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Punição disciplinar para a autoridade responsável por processo administrativo que não adotar, no prazo devido, as providências que lhe couberem. É o que pede projeto (PLC 154/08) do deputado Márcio França aprovado pela CCJ. A ideia é acabar com o “embargo de gaveta”, afirmou o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO). O texto segue ao Plenário.

CERTIDÕES

A CCJ aprovou também projeto que proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar por certidões ou declarações solicitadas por seus consumidores. Os custos de eventuais cópias de documentos, no entanto, poderão ser cobrados. O projeto será submetido ainda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e ao Plenário.

MINISTÉRIO PÚBLICO

A criação da estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assim como um requerimento para que a matéria tramite em caráter de urgência no Plenário, foi aprovada pela CCJ. O projeto (PLC 83/09), do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, cria 39 cargos em comissão e de funções de confiança no CNMP.



Roberto Cavalcanti (E), Gim Argello, relator, e Lobão Filho: senadores concordaram com proposta de Patrícia Saboya

FGTS poderá financiar creches e pré-escolas

Os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser usados também para financiar a construção e a montagem de creches e pré-escolas.

É o que estabelece projeto de Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto (PLS 698/07) cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (Pronei), que visa estruturar e fazer funcionar unidades de educação infantil, públicas e privadas, sempre gratuitas e de tempo integral, mantidas por instituições sem fins lucrativos. O FGTS foi criado como fonte de

recursos para programas habitacionais, de saneamento e infraestrutura urbana. Em janeiro de 2007 passou também a financiar obras do Programa de Aceleração do Crescimento nos setores de energia e transporte.

Para Patrícia Saboya, nada impede que se incluam, entre as áreas que já recebem recursos do fundo, outras que sejam essenciais para a sociedade – como a proteção social de crianças de seis meses até cinco anos de idade de comunidades de baixa renda, como prevê seu projeto.

A intenção, segundo Patrícia, é atender a população trabalhadora, a quem pertence o FGTS, assegurando a permanência dos

filhos pequenos em creches e pré-escolas de qualidade, enquanto os pais estão cumprindo suas jornadas de trabalho. Patrícia Saboya destaca ainda que o fundo possui saúde financeira para dar suporte ao novo programa. As dotações orçamentárias são crescentes, tendo atingido o nível de R\$ 11,8 bilhões em 2007. Além disso, os recursos serão emprestados ao governo, devendo retornar ao FGTS com a mesma rentabilidade das demais aplicações.

A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Gim Argello (PTB-DF), e segue para as comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

Comissão retira da CLT artigo discriminatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a retirada do artigo 792 da Consolidação das Leis do Trabalho por representar discriminação contra a mulher e ser incompatível com o novo Código Civil. O artigo permite aos maiores de 18 anos e menores de 21 anos e às mulheres casadas recorrerem à Justiça do Trabalho sem a assistência dos seus responsáveis. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.



Representantes do Movimento Sem Universidade (MSU) e do Comitê Brasileiro pela Aprovação do PLC 180/08, que reserva metade das vagas das universidades públicas e das escolas federais de ensino técnico para alunos egressos da escola pública, simularam uma batida policial em frente à CCJ, que está examinando a proposta.

Financiamento federal para curso privado

A União poderá participar do financiamento de instituições privadas de ensino superior estaduais e municipais e renegociar a dívida ativa dessas instituições em troca da oferta de bolsas de estudo integrais. É o que prevê parecer de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 229/07) de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Prisões: ensino a distância obrigatório

As penitenciárias terão que oferecer aos presos o ensino fundamental e médio, a distância, e também educação profissional integrada a sistema federal ou estadual de ensino. É o que propõe o relator, Romeu Tuma (PTB-SP), a projeto (PLC 95/02) do deputado Paulo Rocha (PT-PA) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Veículo para deficiente em autoescolas

As autoescolas com frota igual ou superior a 20 veículos deverão adaptar pelo menos um deles para o aprendizado de pessoas com deficiência física. É o que exige projeto (PLC 142/08) de Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado pela CCJ, que acolheu também projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) que determina o emprego da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas (PLS 12/05).

economia

Senado confirma mínimo de R\$ 465, aquecendo economia

A medida provisória (MP 456/09) que aumentou o salário-mínimo para R\$ 465 foi aprovada pelo Senado e foi à promulgação. De um modo geral, os parlamentares manifestaram sua satisfação com o reajuste de 12,05%, que recupera o poder de compra do mínimo.

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), chamou atenção para a estratégia de distribuição de renda do governo, "a maior em 60 anos". Segundo ele, em cinco anos, o aumento real do mínimo foi de 46,3%, esforço que começou no governo passado.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) disse que faltariam R\$ 69,2 bilhões no Orçamento

para bancar o aumento, mas que votaria a favor.

O reajuste beneficia cerca de 25 milhões de trabalhadores formais (com carteira assinada) e informais e cerca de 17,8 milhões de pessoas que recebem o equivalente a um salário-mínimo da Previdência Social.

A medida deve movimentar cerca de R\$ 27,8 bilhões na economia em 12 meses, além de incrementar a arrecadação tributária em R\$ 6,8 bilhões.

Ainda tramita no Congresso o PLC 42/07, que pretende preservar o poder aquisitivo do mínimo – com reajuste equivalente ao do crescimento do produto interno bruto nos dois anos antes do aumento.

BNDES tem mais dinheiro para estimular o crescimento

O Plenário aprovou a Medida Provisória 453/09, que autoriza a União a conceder empréstimo de R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar projetos a longo prazo. Segundo o Executivo, a demanda por financiamento do BNDES cresceu 173% de 2003 a 2008.

A operação poderá ser feita com a emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal diretamente em favor do banco ou ainda com uso do dinheiro do superávit financeiro do Tesouro Nacional obtido em 2008.

O texto aprovado como projeto de lei de conversão (PLV 6/09) teve poucas alterações no Congresso. Uma delas estabelece que o BNDES levará em consideração o potencial de geração e manutenção do emprego, observada a viabilidade dos projetos financiados

Outra mudança feita no PLV veda a concessão ou renovação de quaisquer empréstimos pelo BNDES a empresas cujos dirigentes sejam condenados por assédio moral ou sexual, racismo, trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

O Tesouro fará jus a parte da remuneração dos empréstimos do BNDES: sobre até 30% do valor do crédito, com base no custo de captação externo, em dólares, do Tesouro, para prazo equivalente ao do ressarcimento a ser feito pelo BNDES à União; e sobre o valor remanescente, com base no custo financeiro equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TLPJ), acrescida de 2,5% ao ano.

Validade da MP do Fundo Soberano vence nesta segunda

Ao constatar a falta de quórum e de acordo para votar o PLV 5/09 (proveniente da MP 452/08), o presidente José Sarney, na última quarta-feira, nem chegou a submeter ao Plenário a matéria que trata do Fundo Soberano e do licenciamento ambiental em obras nas estradas federais. Dessa forma, salvo se o Senado for convocado para deliberar extraordinariamente, a MP perderá sua validade nesta segunda-feira.

A polêmica maior foi estabelecida após a Câmara ter modificado a MP para simplificar o licenciamento ambiental de obras em rodovias existentes e incluídas no Plano Nacional de Viação. Faltaram 11 senadores para atingir o quórum necessário à votação.

MINHA CASA, MINHA VIDA

O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Ministério das Cidades, do Ministério do Orçamento, aprovados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O crédito (PL 5/09-CN) servirá para a construção de 1 milhão de casas para pessoas de baixa renda, além de regularizar assentamentos urbanos e projetos de interesse social em área rural. Os recursos vêm do Tesouro.

DRAGAGEM EM PORTOS

A Secretaria Especial de Portos terá R\$ 492 milhões para dragagem e adequação da navegabilidade em portos. De acordo com o projeto (PLN 1/09) aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), os portos a serem beneficiados são os do Rio de Janeiro, Vitória, Itaguaí (RJ), Recife, Suape (PE), Natal, Salvador, Aratu (BA), Santos (SP), Paranaguá (PR), Rio Grande (RS), São Francisco do Sul (SC) e Itajaí (SC).

Mantega traça cenário positivo da economia

Ministro destaca crescimento da massa salarial, aumento da entrada de capital estrangeiro, além da queda da relação entre dívida pública e PIB

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, traçou um cenário favorável para a economia brasileira em meio à crise financeira mundial. Em debate nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Sociais (CAS) e de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade,

de, ele creditou a recuperação gradual da economia às políticas públicas para aumento da oferta de crédito e redução da taxa de juros básica (Selic) e de tributos incidentes sobre a produção industrial.

O crescimento de 5,1% alcançado pela economia brasileira em 2008 impediu que o país entrasse em recessão. Apesar do desem-

penho fraco no primeiro trimestre de 2009, Mantega observou que o Brasil passou a atrair mais capitais estrangeiros e experimentou crescimento superior a 7% na massa salarial entre abril de 2008 e abril de 2009, além da queda gradual na relação dívida pública/PIB de 60% em 2008 para 57% em 2009.

O fato de as exportações só participarem com 13% do PIB também contribuiu para amortecer os efeitos da crise mundial no Brasil, que depende mais do mercado interno. Somam-se a isso o bom desempenho fiscal, pela solidez do sistema financeiro e pela manutenção de reservas internacionais em ordem de US\$ 205 bilhões.

Mantega discordou de senadores da oposição, pois para ele a economia brasileira não está em recessão, apesar de admitir o crescimento negativo nos dois últimos trimestres. Para ele, mais valem as projeções do nível de atividade econômica, que ainda não estão consolidadas.



Mantega (ao lado de Garibaldi e Dornelles) também debateu questões fiscais que afetam estados e municípios e a valorização do real perante o dólar

Meirelles acredita em "crescimento robusto"

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, espera "crescimento robusto" da economia já no ano que vem, após o arrefecimento da crise financeira mundial.

A previsão é baseada no bom nível de reservas cambiais (maiores do que no início da crise) e na contínua tendência de queda da dívida pública em relação ao PIB, na taxa de

inflação e na retomada de investimentos industriais.

Quanto a uma possível ação do Banco Central para conter a tendência de desvalorização do real diante do dólar, Meirelles observou que em países cuja economia é fortemente dependente da exportação de commodities, como é o caso do Brasil e da Austrália, é muito difícil reverter tendências de

desvalorização cambial.

Meirelles afastou preocupações de um aumento da entrada de capitais especulativos no Brasil em função das altas taxas de juros internas. Segundo ele, o fenômeno recente não é resultado dos juros, mas da contratação de financiamentos externos pelo setor empresarial e da retomada de planos de investimentos de multinacionais.

Coutinho ressalta investimentos e demanda interna

A crise econômica continuará sendo severa nas economias desenvolvidas pelo menos até 2010, mas o Brasil reúne condições para garantir taxas de crescimento superiores à média mundial. A avaliação foi feita pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

Ele observou que os investi-

mentos em infraestrutura não foram afetados. Em energia elétrica há previsão de aplicação de R\$ 141 bilhões de 2009 a 2013; em petróleo e gás, de quase R\$ 270 bilhões, graças à Petrobras; e em telecomunicações, de R\$ 77,8 bilhões; em saneamento, de R\$ 49,9 bilhões, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As áreas mais afetadas, disse, são

algumas que dependem mais do mercado internacional, como siderurgia e agronegócio.

Coutinho destacou ainda a alta demanda doméstica, com baixo endividamento das famílias e massa salarial em alta. Quanto ao desemprego, ele observou que o quadro é positivo se comparado a 2004, quando a taxa chegou a 12,1% (hoje ela é de 8,9%).

projetos aprovados

De 25 a 29 de maio

➔ **PLV 6/09**, do Executivo – Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é aumentar a capacidade do banco de financiar projetos a longo

prazo. Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

➔ **PLV 8/09**, do Executivo – Obriga a União a comprar de agricultores familiares pelo menos 30% dos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.

➔ **Medida Provisória 456/09**, do Executivo – Aumenta o valor do salário-mínimo para R\$ 465. Aprovada pelo Plenário, vai à promulgação.

direitos humanos

Brasil não se preparou para envelhecer, dizem especialistas

Número de idosos na população quase dobrou em apenas 17 anos e atendimento segue deficiente

O envelhecimento da população brasileira ocorreu a taxas aceleradas. Em 1991 eram 11 milhões de idosos. Passados 17 anos, a cifra subiu para 19 milhões. A estimativa de alguns especialistas prevê para este ano 23 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. E as projeções calculam que serão 32 milhões de idosos em 2025, representando cerca de 15% da população brasileira, conforme apresentação da professora de Psiquiatria e Geriatria da Universidade de Brasília Maria Alice Toledo, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), semana passada (veja na página ao lado).

Se a previsão se confirmar, o Brasil enve-

lhecera em 34 anos o que países europeus demoraram cem anos. Na França, por exemplo, a população idosa dobrou de 7% para 14% em um século, segundo a ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Elisa Franco de Assis Costa, também presente ao debate na CAS.

Esse quadro só piora a situação do Brasil para conseguir adequar suas políticas públicas e o atendimento à saúde do idoso. "Nenhum país do mundo estava preparado na área da saúde para atender o envelhecimento da sua população. Mas muitos deles tiveram tempo para ir se adequando. Aqui esse tempo não existe", disse a geriatra.

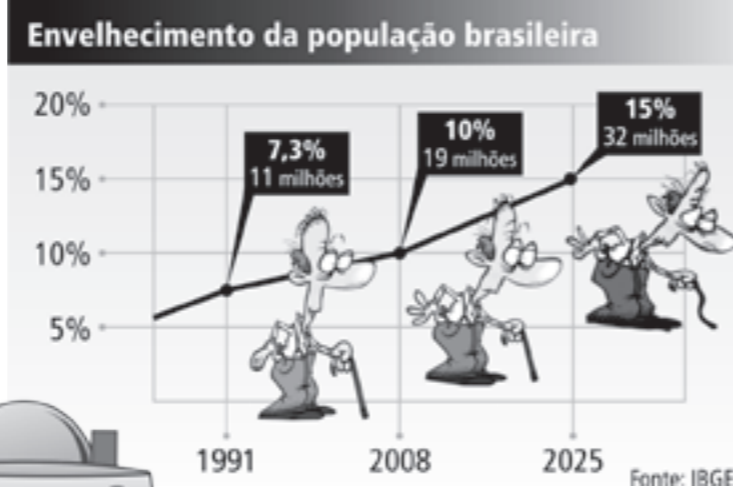
Mesmo assim, apesar do discurso oficial, não há prioridade ao idoso, na avaliação dos especialistas. Os recursos federais são irrisórios e ainda há baixa execução orçamentária: de R\$ 20 milhões, só foram aplicados R\$ 6 milhões em 2008, e dos R\$ 8 milhões orçados para este ano, apenas R\$ 607 mil foram liberados até maio, de acordo com Toledo. Há poucos profissionais especializados, reduzida capacitação na rede básica do Sistema Único de Saúde (SUS) e falta conexão entre hospitais, reabilitação, urgência, postos de saúde e centros de atendimento especializado.

Além desse diagnóstico preocupante, aqui não existem – ao contrário do que ocorre na

Finlândia, Noruega e Dinamarca – instituições de longa permanência para quem precisa de ajuda para atividades diárias, como tomar banho e se vestir. Naqueles países, segundo Costa, os asilos são considerados instituições de saúde. No Brasil, possuem caráter assistencial, abrigando basicamente quem não tem moradia e renda, ou que só recebe o benefício de prestação continuada (previsto na Lei Orgânica da Assistência Social). Por essa razão, diz Costa, a maioria dos asilos parece verdadeiro depósito de velhos. E ainda assim são poucos. Na Suécia, cerca de 9% dos idosos moram nessas instituições. No Brasil, o índice é de 1%.



Pacientes do Centro de Medicina do Idoso do Hospital Universitário de Brasília (ao lado) e o debate na CAS, com Elisa Costa (E), José Luiz Telles e Rosalba Ciarlini



Falta rede interligada para atendimento

Outro importante problema na atenção ao idoso no Brasil é a carência de uma rede estruturada e interconectada, como existe, por exemplo, no Canadá. Segundo a ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Elisa Costa, a maioria dos nossos idosos é atendida pela rede básica, como os postos de saúde.

No Canadá, os casos mais complexos – os cerca de 25% dos pacientes que sofrem de diabetes, hipertensão, artrose, osteoporose ou doenças degenerativas como Alzheimer e Parkinson – são encaminhados aos especialistas para um primeiro atendimento.

Eles seguem depois para os serviços de reabilitação específicos. Lá, recebem treinamento para serem capazes de voltar a tomar banho e se vestir quando tiver doença que afete a memória, como o Alzheimer, mas ainda tiver capacidade de locomoção.

No Brasil, os idosos perambulam entre postos de saúde e médicos especializados. Se o cardiologista detecta osteoporose, por exemplo, o paciente é obrigado a retornar ao posto, que o encaminha ao reumatologista. Se este detectar hérnia de hiato e refluxo, o idoso volta novamente ao posto, para ser encaminhado ao gastroenterologista. Além disso, há poucos centros de referência especializados.

– Todo esse sistema precisa ser repensado para atender o idoso – recomenda Costa.

Os desafios para o sistema de saúde brasileiro

Problemas a serem resolvidos

- Por serem crônicas e múltiplas, as doenças dos idosos perduram por muitos anos e são de abordagem diagnóstica e terapêutica complexas, fazendo com que consumam mais serviços de unidades de saúde e especialidades médicas.
- 73% dos idosos dependem exclusivamente do SUS para atendimento médico.
- Idosos exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos.
- O tempo de ocupação do leito hospitalar é maior quando comparado a outras faixas etárias.
- Quando internados, o risco de evolução desfavorável é maior e o cuidado demandado é complexo, pois há interação entre doenças crônicas e agudas.
- As taxas de readmissão hospitalar nos primeiros 3 meses após a alta são elevadas.
- Os idosos necessitam mais de serviços de reabilitação e de instituições de longa permanência (asilos).

Possíveis soluções

- Promoção do envelhecimento saudável.
- Reabilitação da capacidade funcional comprometida.
- Capacitação de recursos humanos especializados.
- Apoio ao desenvolvimento de cuidados informais.
- Participação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, odontólogos, farmacêuticos, psicólogos clínicos, neuropsicólogos.

Comparativo Brasil x Canadá

País	População idosa (milhões)	% da população total
Brasil	19 milhões	10% da pop. total
Canadá	6 milhões	19% da pop. total

Brasil terá onda de "idosos de rua", alerta especialista

A formulação de políticas públicas para enfrentar o envelhecimento populacional é discussão recente no Brasil. Surgiu nos anos 90, primeiro com a política nacional do idoso. Nessa época, poucos geriatras foram formados. Mais tarde, com o Estatuto do Idoso, de 2003, e a presença crescente de pessoas mais velhas nos consultórios, o interesse de jovens médicos pela Geriatria aumentou.

Mesmo assim, o Brasil só possui 744 geriatras. Desse total, somente 50% a 60% deles têm condições de formar novos especialistas, estima a ex-presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Elisa Franco de Assis Costa. As vagas de residência médica nessa área também são restritas, chegando a 60 por ano, das quais 42% a 45% em São Paulo. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntas só oferecem 11 vagas aos interessados em Geriatria.

João Batista de Medeiros – que atua como gerontólogo social, especialista em atendimento social e psicológico do idoso – previu, no debate da CAS, que o Brasil será o sexto país com maior número de idosos do mundo dentro de 20 ou 30 anos. Ele citou trabalho do presidente da Associação Internacional de Gerontologia, Renato Maia Guimarães, segundo o qual "se não forem adotadas providências urgentes em favor da valorização dos idosos, teremos idosos de rua".

Ao apresentar a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 32 milhões de idosos em 2025, a professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília Maria Alice Toledo se disse "impressionada e chocada" com a redução da dotação orçamentária para o atendimento aos maiores de 60 anos. Ela também alertou para a "evolução exponencial" do mal de Alzheimer, doença degenerativa que afeta a memória. A psiquiatra lamentou o alto custo do exame de dosagem de vitamina B12 para detectar a doença, que acaba ficando restrito a famílias com situação financeira estável.

Segundo a psiquiatra, o Brasil tem hoje 74 centros de referência do idoso, o que considera um avanço, mas ainda insuficiente para atender à demanda crescente.

SUS sofre com falta de recursos, explica governo

José Luiz Telles de Almeida, diretor do departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, afirmou que, ainda em 2006, a saúde do idoso ganhou prioridade com o programa preventivo "Cadereta de saúde da pessoa idosa". Segundo ele, 10 milhões de brasileiros foram cadastrados em 2008, e a previsão é de que 15 milhões recebam o benefício em 2009.

Almeida disse que o ministério optou pela descentralização administrativa das políticas públicas voltadas para o atendimento à população idosa, com sua implementação por prefeitos e secretários municipais de saúde.

Embora considere o SUS "o mais arrojado sistema civilizatório que o país já ousou construir", o diretor assumiu que o sistema enfrenta "grave situação de sustentabilidade" devido à crise financeira mundial e à menor disponibilidade financeira com a queda da arrecadação de impostos.

Ele admitiu, no entanto, o pouco interesse dos alunos de Medicina pela Geriatria, acarretando, conseqüentemente, carência de profissionais no interior do país. E conclamou a população acima de 60 anos a participar dos conselhos municipais de Saúde e do Idoso.

– Não devemos olhar para os 32 milhões de idosos como uma catástrofe. É uma grande vitória e será ainda mais se nos capacitarmos e nos mobilizarmos mais. Isso é cidadania – finalizou.

Centro de Brasília se destaca por qualidade

Inaugurado em 2002, o Centro de Medicina do Idoso do Hospital Universitário de Brasília (HUB), apesar de sobreviver praticamente de doações e trabalhos voluntários, conseguiu se sobressair no atendimento a pacientes com mal de Alzheimer entre os 74 centros de referência do idoso classificados pelo Ministério da Saúde. A unidade possui apenas três médicos geriatras efetivos e outros quatro voluntários.

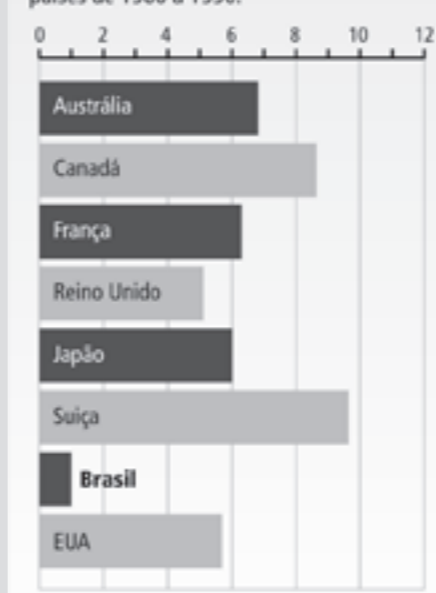
Considerada a primeira pesquisa comportamental sobre o Alzheimer na região Centro-Oeste, o centro avalia e produz dados estatísticos buscando saber até que ponto atividades como pintura, canto e estímulos visuais retardam a doença. Segundo o vice-coordenador da entidade, Einstein de Camargos, há dez pesquisas em andamento, das quais cinco no nível de mestrado e uma de doutorado. Uma delas investiga aspectos genéticos relacionados ao Alzheimer.

– O estudo ajuda a entender melhor o perfil do paciente em relação ao tratamento da doença – explica Camargos. Outra linha de atuação do centro oferece atendimento humanizado ao paciente e a sua família. Os idosos com demência passam por uma espécie de triagem, após a qual são atendidos por geriatra, dentista, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e profissionais das áreas da neuropsicologia, nutrição e farmácia. Depois, conforme Camargos, são encaminhados para grupos específicos de pintura, coral e estimulação cognitiva. O coral, por exemplo, faz apresentações públicas, e o maestro responsável é um idoso de 72 anos.

O centro possui uma pequena sala para preparo físico, além de um grupo orientado por uma professora voluntária da área de farmácia da UnB para capacitar cuidadores. Porém, a unidade não consegue atender à grande demanda por seus serviços. São 30 a 35 pacientes assistidos em domicílio, na proporção de dois por semana, segundo Camargos. No total, são atendidos uma média de 500 pacientes por mês e há uma enorme lista de espera. O centro não está aceitando mais consultas para este ano no caso de pacientes com doenças crônicas e sem demência. "O retorno previsto demora de três a quatro meses da consulta inicial", justifica Camargos.

Asilos em falta

Porcentagem de idosos vivendo em instituições de longa permanência em vários países de 1980 a 1990:



Magno sugeriu que senadores visitassem quatro estados para verificar situação das prisões

Comissão fará vistoria nas penitenciárias

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai realizar diligências para apurar as condições do sistema penitenciário no Brasil. Por sugestão do senador Magno Malta (PR-ES), serão visitados os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. A iniciativa foi tomada após o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), ter recebido denúncias de más condições das prisões no Espírito Santo.

– Essa pode virar uma causa dessa comissão. A carceragem tem que ser apenas para o sujeito de mente criminoso e não para quem cometeu crime ocasional – disse Magno Malta.

O senador criticou o fato de as denúncias se restringirem ao Espírito Santo, onde, segundo informou, o governo do estado teria aplicado R\$ 126 milhões para melhoria do sistema carcerário, contra apenas R\$ 22 milhões do governo federal. Conforme explicou, seu estado

estaria implementando um sistema semelhante ao existente na Colômbia.

Magno Malta fez referência a projeto de sua autoria que prevê o monitoramento de presos em regime semiaberto por meio de pulseira ou tornozeleira eletrônica. O texto foi modificado na Câmara e agora aguarda votação no Plenário do Senado. Segundo o parlamentar, alguns estados já criaram leis com o mesmo objetivo.

Para Malta, o sistema de segurança pública brasileiro está "falido" devido ao descaso de governos anteriores com a política de segurança pública, que privilegiava a compra de viaturas policiais e outros gastos, em detrimento de investimentos nos sistemas prisionais.

– É preciso ouvir todos sobre o sistema carcerário brasileiro. O meu questionamento é porque o Espírito Santo foi escolhido. Se realmente precisa de intervenção, ela tem que ser nacional, porque o sistema está falido – defendeu.



Ao lado de Serys Shlessarenko, José Nery e Papaléo Paes foram eleitos presidente e vice

Trabalho escravo será tema de subcomissão

Os senadores José Nery (PSOL-PA) e Papaléo Paes (PSDB-PA) foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– É incrível que 120 anos após a abolição ainda tenhamos a necessidade de uma subcomissão para erradicar o trabalho escravo, em pleno século 21. O senador Nery tem estado nessa luta há algum tempo. A população de escravos não é apenas uma questão racial, que diga respeito apenas aos negros, mas ética, relacionada aos direitos humanos – salientou Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH.

José Nery recordou o trabalho do governo com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Justiça e com o grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo. Este último, disse, atuando há 15 anos, já conseguiu livrar 34 mil brasileiros da condição de escravidão.

O parlamentar lembrou também a

iniciativa do Senado de criar a Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo, composta por 50 entidades nacionais, e afirmou que a subcomissão irá trabalhar para aperfeiçoar a legislação existente.

– Assumimos o compromisso de trabalhar pelos projetos mais importantes, que vão à raiz do problema, para que sejam votados e aprovados. O simbolismo da PEC 438, aprovada em 2008 no Senado e até hoje dormindo na Câmara, é uma exigência de cobrança da sociedade civil – afirmou.

Já o vice-presidente Papaléo Paes demonstrou-se indignado com a gravidade da situação do trabalho escravo no estado do Pará e com a capacidade de organização das redes envolvidas com sua prática.

Os senadores Magno Malta (PR-ES), Serys Shlessarenko (PT-MT) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), também integrantes da nova subcomissão, traçaram um paralelo entre o trabalho que vem sendo realizado pela CPI da Pedofilia e aquele a ser desenvolvido pela subcomissão.

pirataria

Consumidores estimulam crime

Comprador explica opção pelo produto falsificado alegando que original têm preço alto. Seminário no Senado debateu isenção tributária para CDs e DVDs

Rua Santa Ifigênia, perto do velho centro de negócios de São Paulo. O jovem compra a R\$ 10 a mais nova versão do jogo Fifa 2009 para usar em seu videogame. Na Avenida Rio Branco, no coração financeiro do Rio de Janeiro, uma senhora paga R\$ 5 e leva para casa o DVD de Zeca Pagodinho. Na Feira dos Importados, dezenas de bancas oferecem a mais nova versão do Windows, do Office ou de qualquer outro programa que o freguês procure por preço baixo.

Em três diferentes metrópoles brasileiras, a mesma cena. A indústria multibilionária da pirataria, que em 2009 deverá faturar perto de meio trilhão de dólares, no mundo inteiro, age às claras, à luz do dia, com a cumplicidade nem um pouco envergonhada dos próprios cidadãos brasileiros, que compram os produtos falsos sob a alegação de que são muito mais baratos do que os originais. Enquanto isso, artistas, músicos, técnicos e outros tantos profissionais ficam sem empregos, as empresas legais penam para sobreviver e o governo perde uma respeitável arrecadação de R\$ 30 bilhões, segundo estimativa do Ministério da Justiça. Para ter uma ideia, o orçamento da educação para 2009 é de R\$ 35 bilhões.

Mais rendoso que o próprio

tráfico de drogas, o comércio de produtos pirateados é, de longe, a atividade ilegal mais entranhada no DNA da sociedade brasileira. As pesquisas e estudos comprovam a tese. O consumidor admite saber que compra uma mercadoria falsa, mas segue comprando. Menos, é verdade. Segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), entre 2007 e 2008 caiu de 61% para 58% o índice de adesão aos produtos piratas no Brasil.

Ainda assim, por causa dos bons ventos econômicos dos anos recentes, 8 milhões de novos compradores se juntaram a este mercado somente em 2008. E por isso as indústrias de discos, DVDs e softwares, principalmente, teriam perdido R\$ 350 bilhões de faturamento e 5 milhões de empregos deixaram de ser gerados, novamente pelos cálculos do FNCP. A Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (Abgames) estimou em 2004 que nada menos que 94% do mercado de games do país eram ilegais.

A Receita Federal apreendeu produtos piratas no valor total de R\$ 4 bilhões de 2004 a 2008. Os números foram divulgados durante o lançamento do Plano

Nacional de Combate à Pirataria. A indústria afirma que essa é uma parcela ínfima do que entra no país e acaba comercializado. O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse que esse é um dos graves problemas que prejudicam a economia brasileira.

— É grave pelas consequências, inclusive na cidadania. A pessoa que compra um produto pirateado está fora do sentimento de pertencimento da sociedade organizada, portanto estimulando o crime e a ilegalidade — disse o ministro na quinta-feira passada, ao lançar o plano.

Nove em cada dez consumidores põem a culpa nos altos preços dos produtos originais. Muita gente acredita que a redução da carga tributária poderia inibir a ação dos piratas. Essa foi uma das sugestões levadas ao Senado durante um seminário que, na semana passada, reuniu especialistas e representantes das empresas e do governo na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O Congresso Nacional, em anos recentes, aprovou leis que endureceram o jogo contra a pirataria. Em 2007, 156 pessoas foram condenadas pelo crime. Em 2008, o número subiu para 195 pessoas.

Mercado de falsificações supera o do tráfico de drogas

	DVD Homem de Ferro	CD Beyonce I am Sasha	Jogo PS2 Fifa 2009	Software Office 2007 Básico	
	R\$ 19,90	R\$ 24,90	R\$ 199,00	R\$ 349,00	1
	R\$ 5,00	R\$ 2,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	2
	R\$ 34,65	R\$ 32,59	R\$ 61,17	R\$ 305,89	3
	R\$ 42,57	R\$ 41,09	R\$ 55,38	R\$ 304,81	4
	R\$ 32,36	R\$ 29,09	R\$ 97,16	R\$ 388,76	5
	R\$ 21,54	R\$ 29,15	R\$ 134,46	R\$ 215,46	6

Preços cotados em 1-Brasil: americanas.com; 2-Brasil pirata; 3-EUA: amazon.com; 4-França: amazon.fr; 5-Inglaterra: amazon.uk; 6-Argentina: musimundo.com. Cotações usadas: dólar = R\$ 2,04; euro = R\$ 2,84; libra = R\$ 3,24; peso = R\$ 0,54.

Negócio global movimentou meio trilhão de dólares por ano

A pirataria superou o tráfico de drogas e se tornou o negócio ilícito mais lucrativo do mundo, com um faturamento de US\$ 522 bilhões no ano passado, segundo estimou a Interpol. Alguns setores são mais duramente atingidos. De acordo com o relatório sobre pirataria comercial publicado em 2005 pela Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI), um em cada três discos musicais vendidos no mundo é pirata, um mercado ilegal de música que alcança US\$ 4,6 bilhões.

Estudo divulgado no ano passado pelo Instituto Akatu, em parceria com a Microsoft, revelou que os consumidores brasileiros sabem o que estão comprando, que a atividade prejudica o comércio e a indústria, os artistas e autores, e que causa evasão de impostos e de empregos. Aditem, até, saber que pirataria é crime e que está associada ao crime organizado.

No Brasil, pesquisas do Ministério da Justiça e da Universidade de Campinas (Unicamp) já revelaram que a pirataria impede o surgimento de

Violar direitos autorais rende até quatro anos de prisão

O Brasil tem uma legislação farta contra a pirataria, a começar pelo Código Penal, reformado em seus artigos 184 e 186 pela Lei 10.695/03. A reprodução ilegal de músicas, vídeos, livros, obras de arte ou programas de computador, inclusive a violação de direitos autorais por meio da internet, pode render de dois a quatro anos de reclusão, além de multa. Na mesma pena, incorre quem oferecer ou distribuir ao público a obra sem autorização do autor ou produtor da obra intelectual.

A pessoa se enquadra no crime caso tenha o intuito, como diz

a lei, de obter "lucro direto ou indireto". Segundo a Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM), entidade que registra diariamente os números em relação à pirataria física e virtual (internet) em todo o país, existe a sensibilidade por parte da indústria de discernir entre a pessoa que faz o uso comercial e o usuário comum, e que às vezes até desconhece a situação.

— Não queremos colocar na cadeia aquele que baixa o filme. Queremos mostrar que ele está prejudicando a classe artística, o governo, a indústria e a si próprio — diz Tiago Aguiar, coordenador

jurídico da APCM.

A Lei 9.609/98 (Lei do Software) define que programas de computador estão incluídos no âmbito dos direitos autorais. Isso faz com que seja proibido reproduzir, copiar, alugar e utilizar cópias de software sem a autorização do titular dos direitos autorais. Quem usa software pirata pode sofrer reclusão de seis meses a dois anos e ser obrigado a pagar multas diárias enquanto usar o software. Quem revende software ilegal está sujeito a uma pena de reclusão de um a quatro anos, e a uma multa que chega a 3 mil vezes o valor de um software legal.



Seminário sobre pirataria e tributação na Comissão de Educação: Eduardo Jardim, Mazurkevich, Flávio Arns, Barcellos e Werner

Advogado sugere retirar impostos para baixar preço

A isenção fiscal para CDs e DVDs foi apresentada como saída para combater a falsificação de produtos no país durante o seminário "A tributação e a prática da pirataria no Brasil", realizado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, em parceria com a Câmara de Comércio Americana (Amcham) do Rio de Janeiro. A sugestão, que não recebeu adesão unânime dos debatedores, partiu do advogado e professor de Direito Tributário da Universidade Mackenzie (SP) Eduardo Jardim.

A Constituição já assegura imunidade tributária para livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão; por isso, segundo Jardim, bastaria a aprovação de uma emenda incluindo os produtos culturais audiovisuais no mesmo artigo 50. O presidente do Comitê de Propriedade Intelectual da Amcham, Steve Solot, atribuiu de fato à elevada carga tributária os preços dessas mercadorias, considerados altos pelos consumidores que optam pelos produtos pirateados. Segundo Solot, a carga tributária sobre CDs e DVDs chega a 43,25% no Rio e a 42,25% em São Paulo. Mas o representante das gravadoras, Leonardo Ganem, diretor-geral da Som Livre, previu que, se vier a isenção tributária, o preço poderia cair no máximo 20%.

O presidente da comissão, Flávio Arns (PT-PR), pediu que o seminário servisse como um "momento de reflexão" inclusive sobre a possibilidade de elaboração de um novo marco regulatório para o setor. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) atribuiu a uma questão cultural o aumento da pirataria. Para ele, os brasileiros devem ser "menos cúmplices" da pirataria. Por sua vez, Cristovam Buarque (PDT-DF) observou que medidas de repressão às práticas ilícitas deveriam ser acompanhadas da conscientização dos consumidores, por meio educação, e da revisão dos preços cobrados.



E se ela diminuísse?

Entre 2007 e 2008, diminuiu de 61% para 58% o índice de adesão aos produtos piratas no Brasil. Mas, em termos absolutos, aumentou o número de produtos no mercado. A redução da taxa de pirataria no Brasil em 10 pontos percentuais entre 2008 e 2012 geraria US\$ 2,9 bilhões em receita somente para a indústria de software.

Fontes: Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP), Ministério da Justiça, Associação Antipirataria Cinema e Música (APCM), Associação Brasileira de Vestuário (Abravest), Business Software Alliance (BSA), consultoria IDC, Fecomércio-RJ.

No Brasil, Justiça condenou 195 pessoas no ano passado

Em 2008, 195 brasileiros foram condenados por pirataria. Todos os dias, surgem notícias de pessoas punidas por tribunais por violação de direitos autorais ou mesmo por abrigo em seus sites cópias ilegais de filmes e músicas.

Hoje, qualquer pessoa envolvida com a prática da pirataria de CD, DVD, programas de computador ou jogos — seja "fabricante", comerciante, usuário ou cúmplice na pirataria corporativa — pode pagar de seis meses a quatro anos de cadeia, conforme a situação, além do pagamento de multas e indenizações que podem chegar a somas consideráveis.

No caso do software, é ainda mais delicada a situação. Pela lei, cabe ao empresário responder por qualquer irregularidade que ocorra na companhia, inclusive as praticadas por funcionários. Assim sendo, se for localizada uma cópia ilegal de programa de computador, não só o usuário/copiador

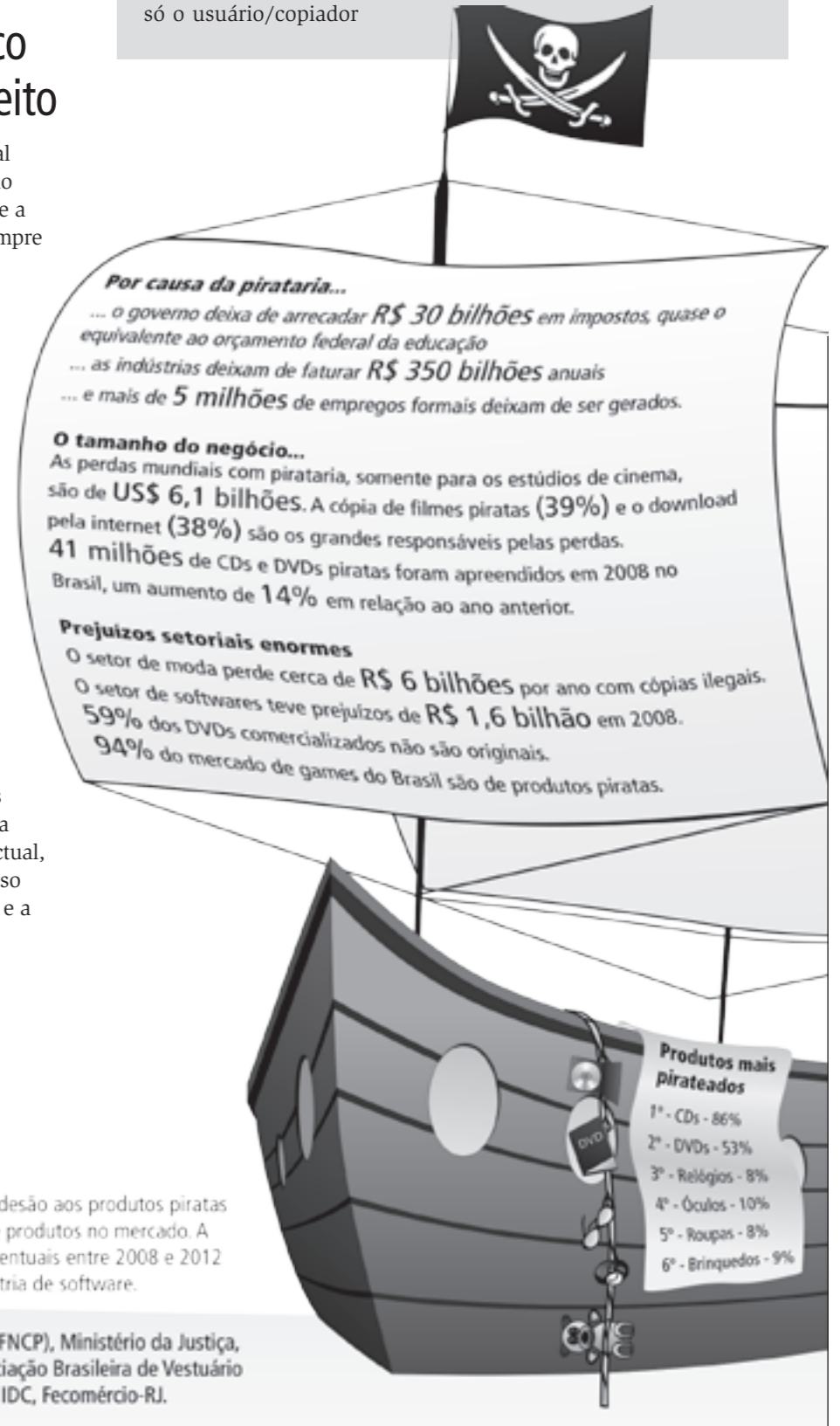
pode ser punido, mas também o dono da empresa.

As indústrias lesadas pela pirataria recorrem, em geral, aos canais tradicionais para as denúncias. A Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes), por exemplo, repassa a denúncia para as produtoras do programa, mantendo o nome do denunciante em segredo. Após uma investigação para confirmar a veracidade da informação, acio-

nam as autoridades. Pela internet, você pode conferir se comprou ou ganhou um produto pirateado. O Conselho Nacional de Combate a Pirataria mantém o endereço www.piratatofoira.com.br. Outro site que pode ser usado é o www.apcm.org.br/denuncie.

* Disque-denúncias

0800 110039 — Associação Brasileira de Empresas de Software (Abes)
0800 7713627 — Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade



Feira dos Importados, em Brasília: CDs, DVDs, jogos eletrônicos e softwares pirateados são vendidos por preços muito inferiores aos dos originais. Cópia pirata do Office, da Microsoft, que custa R\$ 349 nas lojas, sai por R\$ 10

meio ambiente



Ao lado de Quintanilha (C) e Zobi, José Machado (E) expõe o potencial econômico da região e pede políticas de longo prazo

Tocantins-Araguaia tem plano de uso sustentável

Segundo presidente da ANA, exploração atual da região não tem estratégia. Planejamento inclui recursos hídricos, energia, navegação e agropecuária

O Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia orienta o desenvolvimento sustentável da região, explicou o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídri-

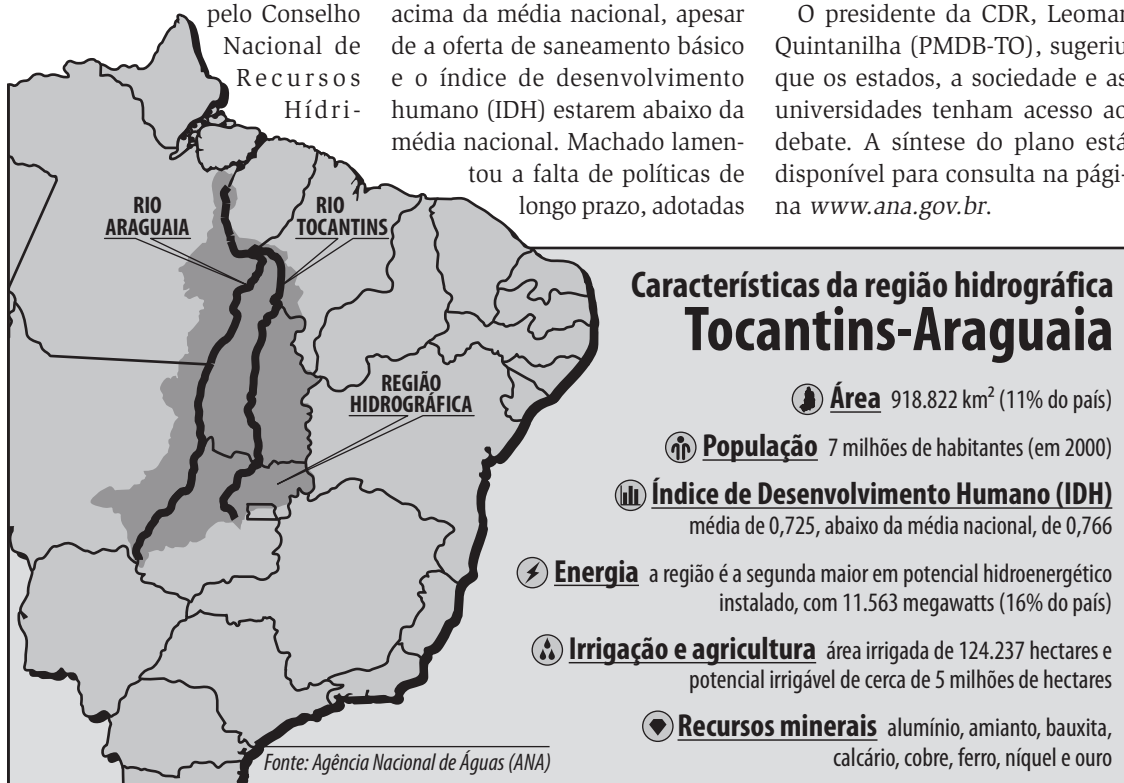
cos (CNRH) por não existir comitê hidrográfico para a bacia Tocantins-Araguaia. Prevê ainda a alocação de R\$ 3,8 bilhões em investimentos até 2025.

O presidente da ANA destacou que a região tem potencial para exploração de minérios, energia elétrica, agricultura sustentável e turismo e que, nas últimas décadas, apresentou crescimento acima da média nacional, apesar de a oferta de saneamento básico e o índice de desenvolvimento humano (IDH) estarem abaixo da média nacional. Machado lamentou a falta de políticas de longo prazo, adotadas

pelos esferas federal, estadual e municipal.

O especialista em recursos hídricos José Luiz Zobi observou que o plano foi elaborado de forma participativa, com contribuições dos conselhos estaduais de recursos hídricos e de outras 130 instituições. A ação, disse, contempla as áreas de energia, navegação, agropecuária, entre outras.

O presidente da CDR, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), sugeriu que os estados, a sociedade e as universidades tenham acesso ao debate. A síntese do plano está disponível para consulta na página www.ana.gov.br.



Primeiro plano a ser finalizado

Aprovado em abril pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia começou a ser elaborado em 2006 e é o primeiro plano dessa natureza aprovado pelo conselho em seus dez anos de funcionamento. O documento, discutido em reuniões públicas, foi preparado pela Agência Nacional de Águas e contou com a contribuição de setores da sociedade civil e de representantes de usuários de água, de agentes dos governos federal e das seis unidades da Federação banhadas pela bacia: Pará, Tocantins, Goiás,

Mato Grosso, Maranhão e Distrito Federal. A execução do plano envolverá os ministérios do Meio Ambiente; de Minas e Energia; dos Transportes; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Integração Nacional e das Cidades e a Agência Nacional de Águas, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Empresa de Pesquisa Energética, os governos estaduais, e as concessionárias do setor elétrico e atores privados, como associações de irrigantes.

O plano prevê a alocação de R\$ 3,8 bilhões em investimentos até 2025.

ENERGIA SOLAR

A Copa do Mundo de 2014, no Brasil, pode ser disputada em estádios totalmente alimentados por energia solar. Essa é a proposta que o presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (Ideal), Mauro Passos, apresentou à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

O estudo abrangeu as 17 cidades brasileiras candidatas a sediar jogos da Copa e será detalhado em três meses. Passos considera que não haverá problemas para adaptar projetos em andamento. Uma Copa Limpa ou Verde pode tornar o Brasil uma referência para o setor, afirmou. A presidente da comissão, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), disse que vai se empenhar para viabilizar o projeto.

Desmatamento na Amazônia caiu 45% em 11 meses, diz Minc

O Brasil tem como meta reduzir o desmatamento na Amazônia em 70% até o ano de 2017. A afirmação foi feita pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Essa é uma das maiores contribuições que o país pode dar para a redução das emissões de gás carbônico na atmosfera.

Minc disse ainda que as ações do Ministério já reduziram o desmatamento da Amazônia em

45% em 11 meses. Ele lembrou que entre 2005 e 2007, durante a gestão da ex-ministra e senadora Marina Silva (PT-AC), houve queda acentuada nos níveis de desmatamento, mas que voltaram a crescer em 2008.

O ministro apresentou dez medidas para atingir a meta de reduzir o desmatamento até 2017, como o corte de empréstimos a desmatadores e agricultores e pecuaristas que não respeitam as normas ambientais e o combate à impunidade ambiental.

Dois diretores da ANA são aprovados

Dois diretores da Agência Nacional de Águas Dalvino Troccoli Franca e Bruno Pagnoccheschi tiveram a indicação de recondução ao cargo aprovada pela CMA. Agora, falta a decisão do Plenário.

Dalvino Troccoli destacou os desafios da ANA, como a gestão integrada de águas fronteiriças, a exemplo da bacia amazônica, a implementação do Plano Estratégico da Bacia dos rios São Francisco e do Araguaia, além da construção de eclusas ao longo do rio Tocantins.

Bruno Pagnoccheschi defendeu uma melhor estruturação do acervo hídrico brasileiro, incluindo a adoção de planos estratégicos para as maiores bacias do país.

Em resposta a Marina Silva, Troccoli esclareceu que a ANA, em conjunto com a Marinha, está se equipando para monitorar os efeitos da mudança climática na região, detectando, por exemplo, os motivos das cheias nos rios, como a registrada nos últimos meses.

ambiente legal

Telhado branco contra o aquecimento

A cobertura de telhados e calçadas com materiais brancos ou de cor clara pode ajudar a combater o aquecimento global, já que essas cores refletem a luz do sol de volta para o espaço. Quem diz isso é o secretário de Energia dos Estados Unidos, Steven Chu, cientista ganhador de um prêmio Nobel.

Dando tempo à Humanidade para encontrar saída

A tese de Steven Chu é compartilhada por Hashem Akbari, do Lawrence Berkeley National Laboratory. Ele diz que, se as grandes cidades do mundo forem cobertas com materiais de cores claras, o processo de aquecimento global será retardado, permitindo à Humanidade encontrar soluções que diminuam as emissões de carbono.

Enxofre gerado por navios pode cair 90% com novos padrões

O nível de enxofre no combustível de navios deverá ser reduzido em 90% até 2020, de acordo com os padrões definidos no ano passado pela Organização Marítima Internacional, agência das Nações Unidas. A China comunista lidera a poluição marítima, fabricando embarcações que usam o combustível mais barato e mais poluente.

Números mostram o que deve ser feito

Pelas novas regras, os navios terão que usar combustíveis com um conteúdo de, no máximo, 1.000 ppm (partículas por milhão) de enxofre. Hoje há combustíveis navais com até 27.000 ppm de enxofre, quando o diesel usado por carros nos EUA tem só 15 ppm. No Brasil, chega a 2.000 ppm.

A importância da regulamentação

Os navios são vilões do aquecimento global. Um relatório da ONU mostrou que o setor emite 1,1 bilhão de toneladas de dióxido de carbono por ano (4,5% de todas as emissões provocadas pelo homem). James Corbett, da Universidade de Delaware, adverte que a regulamentação é fundamental: "A poluição por navios afeta a saúde de comunidades em regiões costeiras e interiores em todo o mundo".

comissões

Proposta visa reduzir contribuição do empregador rural ao INSS

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou dispositivo que restabelece a exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física à Previdência Social, das receitas decorrentes da produção destinada ao plantio ou reflorestamento, de produto animal destinado à criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaia em

pesquisas científicas. O projeto (PLS 380/08) é do então senador Casildo Maldaner e foi relatado por Raimundo Colombo (DEM-SC). A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa. Maldaner explica que, sem a exclusão dessas receitas, há casos de dupla e até de tripla incidência de uma mesma contribuição.

Benefício para exportação de mercadorias agropecuárias vai ao exame da CAE

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou a redução do imposto de renda sobre os créditos obtidos no exterior para o financiamento da produção agropecuária destinada a exportação.

O projeto (PLS 267/08), de Gilberto Goellner (DEM-MT), relatado por Raimundo Colombo (DEM-SC), segue agora para a CAE, onde será votado em decisão terminativa.

Atualmente, apenas os grandes exportadores possuem redução a zero da alíquota, uma vez que negociam diretamente com o mercado externo. A proposta estende o benefício aos pequenos produtores. "Um imposto entre 15% e 25% é algo que rompe todos os princípios da isonomia e que pune um dos mais importantes setores da economia", afirma Colombo.

GRITO DA TERRA

Serys Shlessarenko (PT-MT) destacou a realização de mais uma edição do movimento Grito da Terra Brasil, que reúne em Brasília trabalhadores rurais sob o patrocínio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e das federações estaduais (Fetags).

INVASÕES DE TERRA

A Comissão de Agricultura examinou duas propostas que tratam do processo judicial no caso de invasões de terras. Uma delas sugere que a invasão seja considerada crime hediondo. Houve pedido coletivo de vista, o que adiou a decisão para esta semana.

Guiana poderá ser "elo natural" com Caribe, diz embaixador à CRE

A Guiana poderá ser o "elo natural" entre o Brasil e o Caribe, afirmou o embaixador designado para aquele país, Luiz Gilberto Seixas de Andrade, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE). O primeiro passo para facilitar o trânsito entre Brasil e Guiana foi a construção da ponte binacional sobre o rio Tacutu, como recordou. Relator da indicação, Romero Jucá (PMDB-RR)

informou que o presidente Lula já assumiu um compromisso em favor do próximo passo: o asfaltamento da rodovia que permitirá o acesso de produtos brasileiros ao Caribe. Sobre a área econômica, Seixas de Andrade disse que existem grandes possibilidades de cooperação para a produção de etanol na Guiana.

MERCADANTE É VICE-PRESIDENTE DO PARLASUL

Aloizio Mercadante (PT-SP) foi eleito na quinta-feira vice-presidente do Parlamento do Mercosul. O senador, que ocupava a presidência da Representação Brasileira no Parlasul, substituirá o deputado Dr. Rosinha (PT-PR). A representação será presidida pelo deputado José Paulo Tóffano (PV-SP). O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e o deputado Germano Bonow (DEM-RS) foram eleitos vice-presidentes da representação.

VARGAS LLOSA

A Comissão de Relações Exteriores decidiu pedir informações ao Itamaraty a respeito do constrangimento sofrido pelo escritor peruano Mario Vargas Llosa no aeroporto de Caracas. Vargas Llosa foi retido por mais de uma hora e advertido para não falar em política durante a sua permanência na Venezuela.

UNESCO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reiterou apoio à candidatura do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao cargo de diretor-geral da Unesco. O presidente da CE, Flávio Arns (PT-PR), apresentou moção de apoio, aprovada por unanimidade, que será enviada ao presidente Lula e ao Ministério das Relações Exteriores.



Demostenes Torres (C), presidente da CCJ, com indicados ao Conselho Nacional de Justiça: Plenário ainda examinará nomes

Comissão aprova nomes para Conselho de Justiça

Exageros e desvios na autorização judicial de escutas telefônicas são debatidos em sabatina dos 13 indicados ao CNJ na Comissão de Justiça

A condenação a exageros e desvios na autorização judicial de escutas telefônicas deu o tom da sabatina de 13 indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2009/2011, realizada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O tema foi levantado pelos senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e suscitou um amplo debate. Todas as indicações foram aprovadas pela CCJ,

que irá encaminhá-las ao exame do Plenário do Senado.

Para o ministro Ives Gandra Martins Filho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o juiz deve julgar pedido de interceptação telefônica amparado pela jurisprudência sobre o assunto. O juiz federal Walter Nunes da Silva Júnior, encaminhado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), chamou atenção para a Resolução 59 do CNJ, que passou a exigir de todos os juizes informações sobre o número de

escutas telefônicas autorizadas e prorrogadas.

Os outros indicados foram o procurador regional da República José Adonis Callou Sá; o promotor de justiça Felipe Locke Cavalcanti; os advogados Jefferson Luis Kravchychyn, Jorge Hélio de Oliveira e Erick Wilson Pereira; os desembargadores Leomar Sousa e Milton Augusto Nobre, o juiz Nelson Tomaz Braga, a juíza do trabalho Morgana Richa e os professores André Tavares e Antônio Ernani Calhao.

CAE debate nova lei de defesa da concorrência

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deve perder o poder de instruir

processos relacionados a questões de concorrência, que se concretiza na condução de análises sobre fusões e aquisições de empresas em sua área de regulação. O ponto de vista foi defendido pelo consultor legislativo Marcelo Calliari, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para ele, além de a Anatel ser a única agência com essa prerrogativa, a função

vem sendo desempenhada de forma totalmente insatisfatória.

No debate, para subsidiar a votação do projeto (PLC 6/09) da nova lei de defesa da concorrência, a fusão entre a Sadia e a Perdigão também foi destaque. A secretária de Direito Econômico, Mariana Araújo, admitiu não poder ainda avaliar o impacto da operação sobre a concorrência e os consumidores por não ter recebido os dados do processo.

agora é lei

Lei fixa regras para instalação de torres de celular

As torres de celular não poderão ser instaladas ou continuar operando em áreas com menos de 50 metros de distância de hospitais, clínicas, escolas, creches e asilos. Em prédios residenciais, somente com autorização dos donos dos imóveis. A proibição está prevista na Lei 11.934/09, que estabelece regras para a instalação de antenas e estações transmissoras de radiocomunicação e sistemas de energia elétrica, que operam na faixa de 300 GHz. Conforme a lei sancionada pelo presidente Lula, as empresas devem obedecer aos limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para a ex-

posição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos por elas gerados.

Estudos mostram que as ondas magnéticas provocam excitação das moléculas humanas, aumentando a temperatura e provocando alterações biológicas nos tecidos do corpo, acabando por afetar órgãos vitais. O problema maior se dá justamente na faixa de frequência utilizada pela telefonia celular, que pode deixar o corpo humano vulnerável até mesmo a certos tipos de câncer.

As novas regras não se aplicam aos radares militares e civis usados para defesa ou controle de tráfego aéreo.

debates

J. FREITAS



Mão Santa condena parecer técnico no qual o governo do estado se baseou para autorizar o retorno de famílias às proximidades da barragem Algodões I (foto ao lado). Cerca de 2.500 moradores haviam sido retirados da região anteriormente

ANDRÉ LEÃO/CCOM-PI



Senadores criticam ação do governo do Piauí

Segundo Heráclito e Mão Santa, autorização para volta da população da região de Cocal à área da barragem Algodões I foi criminosa e irresponsável,

A autorização dada à população da região de Cocal, no Piauí, para que voltasse às proximidades da barragem Algodões I recebeu críticas de senadores pelo Piauí. O local havia sido evacuado três semanas antes, em razão do risco de rompimento da barragem. Mas, baseado em parecer técnico, o governo do estado autorizou o retorno. Para Heráclito Fortes (DEM), “permitir ou estimular o retorno das pessoas à zona de risco foi um ato de extrema irresponsabilidade”.

Na avaliação do senador, antes de autorizar a volta das famílias, o governador do estado, Wellington Dias, deveria ter formado uma junta técnica especializada para avaliar profunda e preventivamente a real situação da barragem.

– Acho que esse fato tem que ter uma apuração. Afinal, a barragem de Algodões é um patrimônio público e deveria merecer manutenção, reparos permanentes, pois já tem cerca de 20 anos de construção – re-

clamou.

Heráclito também sugeriu medidas efetivas para que ações dessa natureza não se repitam, como uma investigação profunda sobre a situação de todas as barragens e pontes do estado.

Mão Santa (PMDB) disse que a ordem foi “criminosa” e criticou o parecer técnico que permitiu o retorno.

– Todo o país, pelos meios de comunicação, vive o momento de angústia que os piauienses enfrentam – afirmou.

Em seguida, o senador apelou ao presidente Lula e a outras áreas do governo por urgente apoio aos moradores da região atingida.

– Tenho certeza de que o presidente dará a mesma atenção ao Piauí que foi dada durante semelhante desastre ecológico no poderoso estado de Santa Catarina – cobrou.

A inundações que se seguiu ao rompimento da barragem deixou pelo menos cinco mortos, vários feridos, 11 desaparecidos e desabrigados na região de

Cocal.

A 282 quilômetros de Teresina, o município possui pouco mais de 26 mil habitantes. Cerca de 2.500 moradores haviam sido retirados da região três semanas antes, quando foram detectados sinais de risco na barragem – inaugurada em 2001 –, em razão do excesso de água das recentes chuvas. Depois, um dique foi construído, a pedido do projetista da obra. O engenheiro Luiz Hernani teria atestado que não havia mais riscos.

Mão Santa pediu que as ações de emergência também cheguem a Buriti dos Lopes e a outras cidades às margens do rio Pirangi, que tem suas águas represadas pela barragem. O senador disse que tanto Cocal como as outras cidades atingidas precisam ser reconstruídas, sendo este um momento de “união”.

– As vidas não retornarão, mas que elas sirvam para que os governantes tenham mais responsabilidade com o futuro da sua população.

Mão Santa aproveitou para agradecer a generosidade dos brasileiros que vêm fazendo doações para atender a população castigada pelas chuvas.

Sinais de risco foram detectados três semanas antes da tragédia

Paim destaca sucesso de fórum virtual sobre idosos

Paulo Paim (PT-RS) destacou o sucesso do fórum virtual de discussão de temas ligados a idosos, aposentados e pensionistas, criado por um grupo de pessoas que se conheceram no seu blog <http://paulopaim.blogspot.com>.

– São elogios, questionamentos, sugestões, críticas, reprodução de matérias, enfim, manifestações que nos auxiliam em nosso trabalho de defesa dos interesses de aposentados e pensionistas, como o fim do fator previdenciário e a concessão do mesmo percentual concedido ao salário-mínimo a todas as aposentadorias e pensões – observou.

Paim ressaltou o lançamento do tabloide *Painel: a Voz da Maturidade*, elaborado a partir de postagens que foram inseridas no seu blog.

O senador também ressaltou a realização do segundo congresso nacional da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), iniciado na quinta-feira em Brasília. Paim cobrou, na solenidade, a união de todos na construção de um país mais justo e com melhor distribuição de renda.

Crença na igualdade entre os homens

Paulo Paim pediu que fosse incluído nos registros do Senado

artigo de sua autoria em que sustenta combate a todo tipo de preconceito. Ele leu trechos do artigo, intitulado “O florescer de uma aquarela”, publicado na edição do jornal *News Flashes* de maio/junho deste ano.

No texto, o parlamentar lembra a comemoração do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial como um marco em que a “Humanidade compartilha o sonho de ver todas as etnias juntas, de mãos dadas e felizes”. Para o senador, apesar de a data remeter à questão do preconceito contra negros, não são apenas esses que ainda são vítimas da intolerância e discriminação.

Garibaldi comemora criação de grupo sobre Constituição

A criação de um grupo de trabalho ligado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para identificar, analisar e sugerir propostas para os 142 dispositivos da Constituição que ainda carecem de regulamentação foi elogiada por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O senador salientou a importância da Carta Magna, que merece ser zelada porque “é a bíblia do cidadão, protetora de nossos direitos e obrigações, e não pode ser abandonada, ainda que alguns artigos mereçam ser esquecidos”.

– Mas existe muita coisa que precisa ser regulamentada, é só ter determinação de separar o joio do trigo – observou.

O grupo é composto pelos senadores Francisco Dornelles

(PP-RJ), Valter Pereira (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) e foi formado a partir de sugestão do próprio Garibaldi. Ele chamara atenção para o tema nos eventos de comemoração dos 20 anos da promulgação da Constituição.

A ideia é que pelo menos uma vez por mês a reunião da CCJ seja destinada a essa discussão, informou.

O senador ressaltou a importância de o Congresso não mais se omitir e exercer sua função de legislar. E afirmou que o Poder Judiciário está “ativado” e vem tomando decisões em assuntos sobre os quais o Legislativo ainda não atuou, como, por exemplo, o direito de greve dos funcionários públicos.

institucional

Prêmio Mérito Legislador agracia 64 senadores

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e a 2ª vice-presidente, Serys Slhessarenko (PT-MT), receberam na semana passada o Prêmio Mérito Legislador 2008. Também receberam a estatueta que simboliza a premiação outros 62 senadores, entre eles o presidente da Casa, José Sarney.

A premiação foi promovida pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiros (Idelb) em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Parlamentares das três esferas de poder legislativo receberam o prêmio: 64 senadores, sete deputados federais, 26 deputados estaduais e 26 vereadores.

De acordo com a organização do evento, a premiação visa reconhecer a atuação de parlamentares que contribuíram para o desenvolvimento do país, por meio da autoria ou relatoria de propostas. Os projetos foram escolhidos segundo critérios de alcance, inovação e benefícios do projeto à sociedade.

Biblioteca da Casa recebe delegação internacional

Uma delegação internacional visitou, na sexta-feira, a Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado. Conheceram as instalações representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (IFLA) e da Fundação Melinda e Bill Gates. Segundo a diretora substituta da biblioteca, Stelina Pinha, a delegação tem viajado a vários países no propósito de conhecer e identificar as necessidades das bibliotecas públicas. O objetivo é selecionar, ainda em 2009, um país com o qual essas instituições possam se comprometer a desenvolver em conjunto um trabalho de apoio em defesa da leitura e dos bibliotecários.

Guilherme Canela, representante brasileiro da Unesco, disse que as três organizações também pretendem identificar uma agência local junto ao governo para coordenar nacionalmente esforços nesse sentido.

presidência



Presidente do Senado José Sarney (D) recebe Islam Karimov (E); dirigente uzbeque diz que visita objetiva criar alicerces nas relações entre os dois países

Presidente do Uzbequistão pede Brasil no Conselho de Segurança

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu visita do presidente do Uzbequistão, Islam Abduganievich Karimov.

– O Brasil é um grande país, tanto pela extensão territorial quanto pela população e pelos imensos recursos naturais – disse Karimov, que assinou acordos comerciais com o presidente Lula.

O dirigente uzbeque enfatizou que o objetivo da visita era criar os alicerces das relações entre os dois países. Ele também declarou o apoio do Uzbequistão à entrada

do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

– O Brasil há muito tempo merece esse direito, por representar não só a América Latina, mas por ter uma grande autoridade em todo o mundo. O Uzbequistão também continuará apoiando o Brasil em todos os organismos internacionais – garantiu.

José Sarney declarou que Karimov entende a “exata importância” do Poder Legislativo nas democracias.

Senador vê risco autoritário na Bolívia

Em visita ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente do Senado da Bolívia, Oscar Ortiz, falou da tentação autoritária em seu país e elogiou o exemplo brasileiro de transição democrática com progresso social.

– No Brasil, os avanços sociais corresponderam a avanços na consolidação da democracia. O caminho do desenvolvimento

passa pela democracia. Sem parlamento forte não há democracia forte – afirmou Sarney.

Oscar Ortiz criticou o processo em seu país:

– Na Bolívia, as coisas não podem seguir como estão. Falta muito para diminuir a pobreza e garantir oportunidades. Seguir o modelo do socialismo não está ajudando a unir o país.

Prefeito de Caracas apoia cautela de Sarney

Em carta enviada ao presidente do Senado, o prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, manifesta-se contra o ingresso, neste momento, da Venezuela no Mercosul. O dirigente declara que a população venezuelana apoia a posição de José Sarney em favor de que se cumpram as condições democráticas para a adesão daquele país ao bloco.

Mangabeira Unger destaca potencial do NE

José Sarney recebeu em seu gabinete o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, com quem conversou sobre o desenvolvimento do Nordeste. Mangabeira disse entusiasmado com o potencial de desenvolvimento, mas aflito com a falta de tempo.

Íris de Araújo: CPI deve ter equilíbrio

Após visita de cortesia ao presidente José Sarney, a deputada federal por Goiás e presidente nacional do PMDB, Íris de Araújo, declarou que a CPI da Petrobras não deve se tornar palco para disputas políticas.

– Temos que levar em conta que é a maior empresa que temos e não podemos fazer dela um palco politizado. Já que é inevitável, temos que ter bastante equilíbrio para que se investigue apenas o que mereça ser olhado e investigado – afirmou.

Ela acha que essa é uma oportunidade para que a credibilidade das CPIs seja restaurada. Na sua avaliação, a população está “cansada” de CPIs que investigam, mas não atingem resultados.

MARCOS VILAÇA

José Sarney participou de cerimônia em homenagem ao ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Marcos Vilaça, que recebeu a Medalha de Ouro do Serviço Público por seus 50 anos no setor público. O senador elogiou a trajetória de Vilaça. Indicado para o TCU quando Sarney era presidente da República, Vilaça se aposentará em junho, aos 70 anos, e o presidente Lula indicará, pela primeira vez, um ministro do tribunal.

VENEZUELA NO MERCOSUL

A Mesa diretora aprovou pedido do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) para que o Ministério das Relações Exteriores preste informações sobre o cumprimento, pela Venezuela, de compromissos necessários à adesão ao Mercosul. A adesão do país ao bloco já foi aprovada pela Câmara e pela Representação Brasileira no Parlasul e está sob exame da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

institucional

Auxílio-moradia irregular será devolvido

Para 1º secretário, fato não é grave, já que não houve intenção de ferir a lei. Devolução será feita em parcelas, de 10% do salário

Os senadores ocupantes de imóveis funcionais e que receberam auxílio-moradia deverão devolver, a partir do próximo mês, os valores obtidos. A informação é do 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI). Segundo ele, o pagamento ocorreu por falha administrativa da Casa.

– Infelizmente, [a falha] só foi detectada agora. Mas vamos seguir a lei. Eles devolverão os recursos e, de acordo com as normas, terão descontados 10% dos salários até efetuar o pagamento em sua totalidade.

Conforme o advogado-geral

do Senado, Luiz Fernando Bandeira, não há irregularidade no caso de senadores que têm imóvel próprio em Brasília e recebem auxílio-moradia.

– Não houve dolo. Foi um benefício recebido de maneira indevida, mas sem nenhuma intenção de ferir a lei. Estamos verificando se há mais alguma irregularidade. Esse fato não é grave. Os senadores receberam imóveis funcionais e o departamento administrativo não mandou cessar o benefício – explicou Heráclito.

A Advocacia Geral da Casa vai disciplinar a devolução.

MESA OUVI EX-DIRETORES

A Mesa do Senado vai ouvir o ex-diretor-geral Agaciel Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi sobre irregularidades a eles atribuídas em reportagem da revista *Época*. – O propósito é que eles possam responder a todas as indagações dos senadores da Mesa – explicou o 1º vice-presidente Marconi Perillo (PSDB-GO), que coordenará a sabatina, provavelmente nesta terça-feira. A proposta de ouvir os ex-diretores foi feita por Marconi e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

MULTAS DE TRÂNSITO

O 1º secretário, Heráclito Fortes, determinou o pagamento das multas por infrações praticadas nos últimos cinco anos por veículos do Senado e entrou em entendimento com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal para que os carros sejam, a partir de agora, multados sempre que infringirem essas leis. Heráclito disse que não havia sentido em a Casa ficar fora desse disciplinamento.

– Decidimos que, como as multas virão para os motoristas, o Senado as pagará, mas, em seguida, cobrará deles.

“GOOGLE DAS LEIS”

O Prodase apresentou ao presidente do Senado, José Sarney, e a membros da Mesa diretora uma ferramenta que facilita à população o conhecimento das leis e das interpretações dadas pelos tribunais – as chamadas jurisprudências. Essa espécie de “Google das leis” chama-se LexML e pode ser acessada pelo endereço www.lexml.gov.br.

ESTAGIÁRIOS

O ingresso de estagiários no Senado será feito por seleção pública anual de provas. É o que determina projeto de resolução (PRS 13/09) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Autor da proposta, o senador José Nery (PSOL-PA) quer evitar o desgaste do Senado, alvo de denúncias de que estagiários são apadrinhados. O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), recomendou a aprovação da matéria.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

resenha

Coleção Ambiental traz a legislação completa do setor

Em dez volumes divididos por temas, coletânea lançada pelo Senado reúne os principais códigos relacionados ao meio ambiente, que no próximo dia 5 tem o seu dia mundial

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 5 de junho (nesta sexta-feira), e esta semana será inteiramente dedicada à discussão de como a população do mundo pode contribuir para reduzir o enorme impacto que a sua presença está causando sobre o planeta. Efeito estufa, camada de ozônio, desmatamento, enchentes, desequilíbrio climático e outras ameaças à Terra precisam de uma urgente solução. É hora de lembrar o que a expressão “meio ambiente” quer dizer. Aqui, entre todas as suas diversas acepções, “meio” significa “um conjunto de elementos que influenciam um organismo vivo” e “ambiente”, “tudo que nos rodeia, nos envolve”. Daí, meio ambiente – com um significado pleonástico – é tudo aquilo que está a nossa volta, influenciando-nos como organismos vivos, incluindo nós mesmos, seres humanos.

Assim, temos: rios, mares e oceanos, solo e subsolo, clima, bosques, matas e florestas, plantações, ar, cidades e populações, biodiversidade. Enfim, esse campo infinito, que, muitas vezes, nos parece esquecido e é compulsoriamente lembrado na Semana do Meio Ambiente.

Nosso país, um dos mais ricos em termos naturais, também possui vasta e moderna legislação sobre o assunto.

O Senado reuniu as principais leis sobre meio ambiente nas obras da Coleção Ambiental. Nela, dez volumes temáticos: *Código das Águas; Código de Mineração; Protocolo de Kyoto; Código Florestal; Biossegurança e transgenia; Atmosfera, desmatamento, poluição e camada de ozônio; Saneamento básico e tratamento de rejeitos e resíduos; Unidades de conservação da natureza; Educação e consciência ambiental; e Convenção sobre diversidade biológica.*



REPRODUÇÃO

Um amplo leque de temas que deve ser mantido sempre próximo, pois uma semana não é suficiente.

A Coleção Ambiental permite um conhecimento quase completo da legislação brasileira, nossos direitos e deveres com relação à

natureza. Só conhecendo, podemos como cidadãos reivindicar que se cumpram os ditames legais e lutar contra os retrocessos que, às vezes, se propõem – retrocessos contra o meio ambiente, retrocessos contra a nossa própria vida.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

Essa coleção e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço www.senado.gov.br/livraria, ou pelo e-mail livros@senado.gov.br

programação

Brasil terá crescimento positivo este ano, prevê ministro do Desenvolvimento

Contrariando os prognósticos de recessão e de crescimento zero para a economia brasileira este ano, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, José Jorge, disse acreditar que haverá um crescimento próximo a 2% em 2009, seguido de gradual recuperação do nível de emprego e queda nas taxas de juros na ponta, para os reais tomadores de empréstimos e financiamentos. A análise e prognósticos foram feitos em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado.

Segundo o ministro, as dificuldades vividas nas matrizes de grandes montadoras não vão afetar o processo de recuperação das montadoras instaladas no Brasil. Para ele, em razão do domínio da tecnologia do automóvel flex, que funciona a gasolina e álcool, o Brasil pode se converter num exportador também de tecnologia.

Na entrevista, Miguel Jorge analisou o crescimento das exportações para a China e África, e se mostrou otimista com relação à queda do protecionismo utilizado pelos Estados Unidos e pela União Européia – menos pela via da Organização Mundial do Comércio (OMC) e muito mais por acordos bilaterais. Também analisou as perspectivas para o Mercosul e apontou a viabilidade de investimentos chineses para melhorar a infra-estrutura no Brasil e que seriam pagos a longo prazo, com exportações para a China. O *Agenda Econômica* vai ao ar no sábado, às 16h30 e 21h30 e, no domingo, às 2h30, 11h30 e 22h.

Agenda Econômica

6/6, sábado, às 16h30 e 21h30

7/6, domingo, às 2h30, 11h30 e 22h

Conexão discute se energia nuclear é segura

O governo brasileiro pretende expandir a geração de eletricidade por meio de usinas nucleares, inclusive com a construção de Angra 3.

Até que ponto essa é uma opção segura? Existe o perigo de novos acidentes como o de Chernobyl, ocorrido há 23 anos na Ucrânia? Qual a importância dessas usinas nucleares na matriz energética do país?

Para debater a questão, o *Conexão Senado* convidou o engenheiro e senador Delcídio Amaral (PT-MS), que foi ministro de Minas e Energia no governo Itamar Franco e diretor da Petrobras. O programa também vai conversar com outros especialistas em energia e ecologia.

Mídia noticia mal tema do desmatamento

“A cobertura do desmatamento pelos grandes jornais é fracionada e superficial”, acusa a jornalista e pesquisadora Clarissa Presotti, que analisou 206 reportagens sobre o assunto publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, nos anos de 2005, 2007 e 2008. Clarissa é autora do trabalho final de mestrado *Amazônia em crise: o avanço do desmatamento nos grandes jornais do Brasil*.

Na entrevista ao *Estação da Mídia*, ela diz que os jornalistas ainda estão despreparados para fazer uma melhor cobertura do tema e, por isso, usam fórmulas prontas em suas abordagens.

Estação da Mídia

Senado FM

2/6, terça-feira, às 7h30

Internet: 2/6, terça-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao país dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:
Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: ¾

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Drogas

"Sabemos que o que mais mata hoje no país e talvez no mundo são as drogas, que causam doenças que corroem nossas famílias, tirando o que temos de mais precioso, nossos filhos, e levando com eles nossa paz, alegria e sonhos. Sabemos também quem são os principais culpados por essa carnificina: os traficantes, que viciam e adotam os jovens, levando-os por caminhos quase sempre sem volta e comprometendo o futuro do nosso país. A sociedade e nossa segurança pública já não conseguem estancar e nem mesmo controlar essa pandemia. Proponho que o governo, por meio do Ministério da Saúde, autorize a distribuição gratuita de drogas às pessoas já viciadas, mediante monitoramento de médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Agindo assim, provavelmente conseguirá inibir os traficantes, que não teriam mais interesse em criar novos viciados."

João Maria da Silva, de Jaíba (MG)

Desvio de função

"A falta de professores nas escolas da rede pública do estado de Alagoas é um problema sério. O governo diz que não faz concurso porque fez um levantamento e constatou que não faltam professores. Eles estariam sendo desviados para a área burocrática, na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Gostaria que os arts. 205 e 206 da Lei Darcy Ribeiro (Lei 9.394/96) fossem obedecidos pelo nosso governador, pois a juventude não pode ficar sem os professores e nossas escolas estaduais estão sofrendo uma grande evasão. Peço, ainda, uma solução para a situação dos professores-monitores, pois a maioria tem curso superior e passou no concurso público para o cargo. Por que eles não foram ainda efetivados, uma vez que já exercem a profissão?"

Jorge Silva Santos, de Maceió (AL)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pedofilia

"De que vale apreender material de pedofilia se os consumidores e propagadores desse mal inclassificável permanecem plugados na rede? De que vale um guerreiro diante de um batalhão de burocratas subservientes a um sistema excludente chamado Justiça?"

José Cabral da Fonseca Júnior, de Primavera (PE)

Aposentados

"Sou aposentado há 16 anos com cinco salários e meio. Hoje ganho apenas três salários. Por que então eu me aposentei com cinco salários? Por que paguei sobre eles? Tem gente que nunca pagou um centavo ao INSS e tem sua aposentadoria normal. Esse é o fator previdenciário de que tanto falam? O Lula foi metalúrgico e é aposentado. Prometeu olhar pelos trabalhadores, mas só prometeu. O governo precisa fiscalizar os trabalhadores que pagam e os que não pagam o INSS!"

Antonio Francisco de Oliveira, de Ibitité (MG)

Reuso de água

"Se todos os prédios, indústrias, hospitais e casas tivessem uma cisterna, quanta água seria aproveitada e armazenada? A água da chuva não é limpa, mas serve para lavar o chão, os carros. Se a natureza nos oferece, por que não aproveitar?"

Jaime Maschion Basagni, de Praia Grande (SP)

Faixa de Gaza

"Peço aos senadores que impeçam esse absurdo do Lula de doar R\$ 10 bilhões para a faixa de Gaza. A crise está na porta e o Brasil não tem nada a ver com aquela questão. Precisamos desse dinheiro na saúde, na segurança e nas estradas. Na verdade, a intenção é garantir os votos dos judeus e palestinos daqui para Dilma Rousseff. Isso é uma loucura!"

Jorge Túlio de Queiroz, de Caruaru (PE)

frases



O presidente da República, se assumiu o governo diante de irregularidades e não tomou providências, cometeu crime de responsabilidade

Alvaro Dias, sobre a estratégia da base governista de ampliar as investigações da CPI da Petrobras à época do governo Fernando Henrique Cardoso.

Não vamos fazer nada insensato, mas nenhum indício será varrido para debaixo do tapete. Todos os fatos serão apresentados com sólida fundamentação

Arthur Virgílio, ao assumir a relatoria da CPI que investiga as organizações não governamentais.

O Poder Legislativo não pode ser subtraído, mas temos que levar em conta que a sociedade exige apertar o cinto neste momento de crise

Antônio Carlos Valadares, explicando a falta de acordo para votar a PEC dos Vereadores.

A celebração de datas nacionais reclama um ordenamento legal que harmonize os valores da população e a racionalidade do sistema produtivo

Roberto Cavalcanti, ao propor a comemoração de feriados nacionais às segundas-feiras.

É incrível que, 120 anos após a Abolição, ainda tenhamos a necessidade de uma subcomissão para erradicar o trabalho escravo

Cristovam Buarque, ao conduzir a eleição do colegiado.

É inadmissível que, em plena mudança climática e crise ambiental, se abra mais uma fronteira predatória na Amazônia

Marina Silva, alertando para os riscos da aprovação da MP 458/09.



MOREIRA MARIZ

Temos hoje o Parlamento em franca e grave crise, de imagem, de agenda, estrutural, e temos que dar uma resposta à sociedade

Tião Viana, preocupado com a falta de acordo sobre a reforma política

As alterações propostas pelo governo criam um sistema ininteligível para pós-graduados, que fulminará a popularidade das cadernetas de poupança

Antonio Carlos Júnior, criticando as mudanças do governo no rendimento de cadernetas de poupança com valor superior a R\$ 50 mil.



GERALDO MAGELA

Temos que transformar nossas florestas em ativo econômico. Enquanto isso não acontecer, os produtores vão continuar colocando-as no chão

Valdir Raupp, no debate sobre a regularização fundiária da Amazônia Legal (MP 458/09).



pergunte ao senador

Solução para catástrofes depende de vontade política

"Quantas catástrofes, como a de Altamira, serão necessárias para que seja tomada alguma providência no sentido de resolver o problema dos alagamentos naquela região?"

Elisvaldo Oliveira do Nascimento, de Marcolândia (PI)

O senador **Mário Couto (PSDB-PA)** responde:

Infelizmente, Elisvaldo, se depender do atual governo do estado do Pará, essas catástrofes irão continuar, porque a governadora Ana Júlia tem provado que não tem nenhuma competência para administrar. O que fez a governadora por Altamira? Foi lá, visitou o município e não fez absolutamente nada, quando de imediato deveria ter ido ao presidente Lula e pedido a liberação emergencial de recursos para aliviar a dor dos milhares de pessoas atingidas pelas enchentes.

O Lula não vive apresentando medidas provisórias para liberar recursos para tudo, inclusive para outros países? Por que não fez isso por Altamira e por outros municípios

que vivem o mesmo drama, como Marabá e Tucuruí? Para a nossa sorte, o povo brasileiro é muito solidário e está ajudando, com doações, as famílias atingidas pelas enchentes. Mas o que esses municípios precisam são de projetos elaborados por técnicos que apontem uma solução para esse problema.

E que projeto tem o governo Ana Júlia? No interior, as pessoas já até brincam dizendo que o único projeto dela é o "água para todos". Eu lamento pelas vítimas das enchentes e aproveito para manifestar minha total solidariedade às famílias de Altamira, que não merecem o governo que têm.



GERALDO MAGELA

Perigo das queimaduras ronda as festas juninas

Infelizmente as festas juninas, que acontecem a partir deste mês e se prolongam até o fim de julho, não resultam apenas em brincadeiras e diversão. De acordo com a Sociedade Brasileira de Queimaduras, nesta época do

ano, o número de pessoas com queimaduras nas emergências dos hospitais chega a dobrar, sendo as crianças 80% das vítimas. Saiba quais são os cuidados básicos para evitar acidentes e incêndios com fogos de artifício e fogueiras.

Imprudência é principal problema; crianças são as mais prejudicadas

A imprudência no uso de fogos de artifício e nas brincadeiras perto das fogueiras é a principal razão para o alto índice de acidentes com crianças e adultos durante o período dos festejos juninos. Para a organização não governamental (ONG) Criança Segura, não existem fogos de artifício inofensivos. A ONG adverte que esses produtos geralmente causam queimaduras de segundo grau que necessitam de uma média de 15 dias de tratamento médico. Os fogos ainda podem explodir nas mãos, mutilando o manipulador.

De acordo com o Corpo de Bombeiros do estado do Espírito Santo, as populares bombinhas e traques estão regulamentados e podem ser vendidos. Mas a venda de bombas, pólvora e rojões para menores de idade pode resultar em pena de seis meses a dois anos de prisão e multa, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). A corporação recomenda alguns cuidados básicos para os adultos que insistem em usar fogos:

- ▶ jamais carregue bombinhas no bolso;
- ▶ nunca acenda rojões próximo ao rosto;
- ▶ não reaproveite bombinhas ou rojões que falharam e nunca tente fabricar fogos;
- ▶ prenda o rojão em uma armação e

afaste-se na hora de acender;

- ▶ nunca entregue fogos de artifício a crianças, pessoas alcoolizadas ou inabilitadas para o uso;

- ▶ mantenha as crianças afastadas do local;

- ▶ compre fogos de artifício apenas em locais autorizados e evite a aquisição junto a portas de garagem, ambulantes, armazéns ou locais próximos a materiais inflamáveis (álcool, gasolina, botijões de gás, madeira, papel, etc.);

- ▶ observe se os estabelecimentos comerciais que vendem esse tipo de mercadoria têm licença de funcionamento da prefeitura e ainda se há restrição de venda dos fogos de acordo com a idade;

- ▶ esteja atento para o tipo e a quantidade de pólvora existente no produto, pois quanto mais pólvora, maior a periculosidade e potência;

- ▶ siga atentamente as instruções do fabricante (transporte, uso, armazenamento, composição, data de validade e os riscos que os fogos podem causar);

- ▶ verifique se as instruções estão em língua portuguesa, de maneira clara e ostensiva, mesmo que o produto seja importado (conforme exige o artigo 6 do Código de Defesa do Consumidor);

- ▶ não solte fogos perto de hospitais, sob copas de árvores ou perto de fiações elétricas e adote uma distância de 20 metros para soltá-los;

- ▶ prefira soltar fogos de artifício em locais abertos, de preferência em áreas amplas e sem vegetação por perto, para evitar incêndios;

- ▶ nunca aponte os fogos para pessoas e verifique se não existem materiais combustíveis nas proximidades; e

- ▶ esteja atento para a classificação por idade e habilitação de cada tipo de fogos de artifício.

Acidentes mais frequentes nas festas juninas

- ▶ Queimaduras.
- ▶ Amputação dos dedos e até de mãos ou braços causada pelo manuseio incorreto de fogos de artifício.
- ▶ Cegueira resultante da explosão de bombinhas perto dos olhos.
- ▶ Perda auditiva provocada por ruído.



Cuidados na aquisição de fogos de artifício, como só comprá-los de fabricantes legalizados, são o primeiro passo para garantir um mínimo de segurança – o ideal seria evitar soltá-los

Fabricar, vender ou soltar balões que possam provocar incêndio é crime

A Subsecretaria de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal alertam para que as pessoas tenham muito cuidado com as fogueiras e nunca realmente o fogo com álcool, pois a garrafa pode explodir. Outra recomendação é para que a população faça fogueiras em locais adequados, longe de materiais inflamáveis, como a palha das barracas. Vale lembrar que todo cuidado é pouco nesta época do ano, quando a baixa umidade relativa do ar e a temperatura quente secam a vegetação, aumentando o risco de incêndios nas matas e florestas.

Desde 1998, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605), é considerado crime fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação ou em áreas urbanas. A pena prevista é de detenção de um a três anos ou multa, podendo o infrator também receber as duas punições juntas. Muitos balões trazem em sua base cangalhas de fogos de artifício, que podem

estourar perto de pessoas ou casas.

Quando o balão sobe, entra em correntes de ar e é levado para locais imprevisíveis, impossíveis de monitorar, podendo atingir residências, florestas, indústrias ou veículos. Há ainda o perigo de colidirem com aeronaves, já que não são detectados por radares, e também de danificarem a rede elétrica.

Como socorrer pessoa com queimaduras

- Lave o local apenas com água potável ou soro fisiológico: não aplique creme dental, sabão, borra de café, manteiga, etc., que podem provocar infecções.
- Não fure as bolhas que se formarem.
- Se houver sangramento, envolva o ferimento com pano limpo.
- Leve a vítima imediatamente a um hospital ou, em caso de queimaduras graves (na face, profundas ou muito grandes), chame o Corpo de Bombeiros.

No começo, só uma homenagem a São João

As festas juninas são originárias da Europa, onde eram conhecidas inicialmente como joaninas, por homenagearem o nascimento de São João Batista (24 de junho).

Posteriormente, os portugueses incluíram São Pedro (29 de junho) e Santo Antônio (13 de junho) na homenagem e passaram a comemorar também a chegada do verão, após um longo inverno de infertilidade da terra. Trazidas para o Brasil ainda no período colonial, as festas contam com elementos como as fogueiras, que fazem parte da antiga tradição pagã de celebrar o solstício e que se tornaram,

na Idade Média, um atributo da festa de São João.

De acordo com uma lenda católica, o antigo costume de acender fogueiras no começo do verão europeu tinha raízes em um acordo feito pelas primas Maria e Isabel. Para avisar Maria sobre o nascimento de São João Batista e ter seu auxílio após o parto, Isabel teria de acender uma fogueira sobre um monte. Segundo a tradição popular, os fogos de artifício serviam para despertar São João Batista e os balões eram soltos (entre cinco e sete unidades) para avisar que a festa iria começar.

Queima de fogos na rua ou em lugar habitado pode se tornar crime

Na Câmara dos Deputados, tramita projeto do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) que criminaliza a queima de fogos em via pública ou em lugar habitado, entre outras infrações (PL 3.629/08). A proposta aguarda parecer na Comissão de Constituição e Justiça.

Saiba mais

Sociedade Brasileira de Queimaduras (SBQ)

Rua 3, número 296, casa 3, Setor Oeste Goiânia (GO) – CEP 74115-050 (019) 3445-3735 www.sbqueimaduras.org.br

ONG Criança Segura

Rua Teodoro Sampaio, 1.020, conj. 1.008 Pinheiros – São Paulo (SP) CEP 05406-050 – (11) 3371-2384 www.criancasegura.org.br